

PUC - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS COORDENAÇÃO DE
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO ACADÊMICO EM
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

NÉLIA PAULA DE MELO

Desenvolvimento Regional: um estudo baseado no crescimento econômico do
Município de Aparecida de Goiânia

Goiânia
2015

NÉLIA PAULA DE MELO

**Desenvolvimento Regional: um estudo baseado no crescimento econômico do
Município de Aparecida de Goiânia**

Dissertação do Programa de Pós-Graduação
Strictu Sensu de Mestrado Acadêmico em
Desenvolvimento e Planejamento Territorial
da Pontifícia Universidade Católica de Goiás -
PUC.

Área de concentração: Desenvolvimento
Regional

Orientador: Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira

Goiânia
2015

- R Melo, Nelia Paula, 1969-
 Desenvolvimento Regional: um estudo baseado no crescimento econômico do Município de Aparecida de Goiânia / Nelia Paula de Melo. – Goiânia, 2015.
- Dissertação do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC.
 Orientador: Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira
1. Região. Desenvolvimento Regional. Crescimento Econômico. Aparecida de Goiânia.

FOLHA DE APROVAÇÃO

NELIA PAULA DE MELO

Desenvolvimento Regional: um estudo baseado no crescimento econômico do Município de Aparecida de Goiânia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira (Presidente / ULL) _____
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. Margot Riermann (Membro / ULL) _____
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. João de Deus (Membro de outra IES) _____
Universidade Federal de Goiás

Agradecimentos

A Deus por ter provido com saúde e condições para realizar este intento.

À minha mãe, D. Sebastiana, porque mãe não tem limite, é tempo sem hora, luz que não apaga quando sopra o vento e chuva desaba, água pura, ar puro, puro pensamento. Mamãe, na sua graça, é eternidade. Pois nos momentos em que pensei em desistir, me dizia inflexível: “Nem pensar, faremos o impossível para terminar o curso”.

À Kátia Regina: “Aqui hoje terminam estas viagens nas quais me acompanhastes, através da noite e do dia e do mar e do homem. De tudo quanto vos disse vale muito mais a vida” (Pablo Neruda).

Especial agradecimento ao meu orientador, Professor Dr. Jeferson de Castro Vieira, cuja disciplina e discernimento, conduziram a mim e este trabalho com maestria e segurança, sempre acreditando no resultado positivo.

A todos os professores do curso que acrescentaram conhecimentos novos, e fizeram ressurgir antigos com novos horizontes.

A cada um dos Colegas do Curso, com os quais dividimos inseguranças e incertezas, compartilhamos trabalho e conhecimento, lutamos e persistimos, minha sincera admiração.

Em especial à colega Claudia Carrião, doce e sensata desde o princípio do Curso nos apoiamos.

Citações

“A sabedoria construiu a sua casa, talhando suas sete colunas.”

Provérbios 9, 1.

“O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc., repousa sobre o desenvolvimento econômico. Mas reagem todos igualmente uns sobre os outros, assim como sobre a base econômica”.

Friedrich Engels.

“A sociedade do futuro é a sociedade do conhecimento.”

Aloizio Mercadante.

Desenvolvimento Regional: um estudo baseado no crescimento econômico do Município de Aparecida de Goiânia

Resumo

Partindo das mudanças em termos econômicos observados em Aparecida de Goiânia, município localizado no Estado de Goiás, e inserido na Região Metropolitana de Goiânia – RMG, o presente trabalho tem por objetivo apresentar o seu desenvolvimento. Como reflexo das ideias oriundas dos especialistas do desenvolvimento regional, e à luz dessa produção teórica, nestes buscam apoio. A análise do desempenho é com base nos indicadores econômicos e fiscais locais, capazes e necessários a identificar o crescimento, e o notório incremento das atividades empresariais, em especial das prestadoras de serviços, em razão da quantidade elevada com que vêm se estabelecendo. Tais fatos oferecem o cenário que em muitas faces agregam valores indispensáveis, seja pela participação nos processos produtivos, na geração de emprego e renda à sociedade. Fatos que, ainda que não emprestem uma ênfase prioritária à questão do desenvolvimento da região, ocasiona o aquecimento da economia local e desperta os interesses para novos empreendimentos, e torna relevante a alteração da orientação das políticas públicas que ultrapassadas, revêm os velhos modelos, e superam ainda que de maneira limitada, as desigualdades regionais.

Palavras-chave: Região. Desenvolvimento Regional. Crescimento Econômico. Aparecida de Goiânia.

Abstract

Based on the changes in observed economic terms in Aparecida de Goiania, a city located in the state of Goias, and inserted in the Metropolitan Region of Goiânia - RMG, this paper aims to present its development. As a reflection of the ideas coming from the regional development specialists, and in the light of this theoretical production, these seek support. The performance analysis is based on the economic and fiscal indicators local, able and necessary to identify the growth, and the notorious increase in business activities, in particular service providers, due to the high amount that come with settling. These facts provide the scenario in many faces add essential values, either by participation in the productive processes, the generation of employment and income to society. Facts which, although not lend a priority emphasis to the issue of development of the region causes heating of the local economy and awakens the interest for new developments, and makes it relevant to change the orientation of public policies that overcome, shall revise the old models, and still outweigh in a limited way, regional inequalities.

Keywords: Region. Regional Development. Economic Growth. Aparecida de Goiania.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Grandes Regiões: População urbana e rural – 1991/2010	28
Mapa 1 – Região Metropolitana de Goiânia: Localização de Aparecida de Goiânia, 2015	34
Mapa 2 – Aparecida de Goiânia: Localização do Município, 2015	40
Tabela 2 – Goiás: PIB municipal por classe, com destaque para os cinco maiores – 2012	41
Tabela 3 – Goiás: Os dez maiores em relação ao Produto Interno Bruto – 2002/2011/2012	41
Tabela 4 – Goiás: Participação dos dez maiores e demais municípios em relação ao Produto Interno Bruto – 2002/2012	43
Gráfico 1 – Aparecida de Goiânia: Evolução imóveis edificados e não edificados – 2011 a 2013	44
Tabela 5 – Aparecida de Goiânia: Novas Edificações – 2010 a 2013	45
Tabela 6 – Aparecida de Goiânia: Imóveis vagos e edificados– 2010 a 2013	45
Gráfico 2 – Aparecida de Goiânia: Evolução da arrecadação própria – 2008 a 2014	47
Gráfico 3 – Aparecida de Goiânia: Crescimento percentual da arrecadação própria – 2009 a 2014	48
Gráfico 4 – Aparecida de Goiânia: Evolução dos repasses do FPM – 2008 a 2014	49
Gráfico 5 – Aparecida de Goiânia: Evolução da participação do município na arrecadação do ICMS – 2008 a 2014	50
Gráfico 6 – Aparecida de Goiânia: Perdas com a inflação no município – 2009 a 2014	51
Quadro 1 – Brasil: Grupos de atividades de serviços	52
Tabela 7 – Brasil: Indicadores de receita nominal do setor de serviços – 2014.....	53
Tabela 8 – Goiás: Municípios segundo o valor adicionado de serviços – 2002/2011/2012....	54
Gráfico 7 – Aparecida de Goiânia: Evolução de empresas por ramo de atividade – 2008 a 2015	55
Gráfico 8 – Aparecida de Goiânia: Evolução das empresas prestadoras de serviços – 2008 a 2015	56
Gráfico 9 – Aparecida de Goiânia: Empresas por ramo de atividade – 2014	57

Tabela 9 – Aparecida de Goiânia: Rendimento médio mensal dos domicílios particulares permanentes – 2010	58
Mapa 3 – Aparecida de Goiânia: Trajetos dos eixos estruturantes	64

LISTA DE SIGLAS

DAIAG – Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia

DIMAG – Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IMB – Instituto Mauro Borges

PIB – Produto Interno Bruto

PMAG – Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia

PMEs – pequenas e médias empresas

RMG – Região Metropolitana de Goiânia

SEGPLAN – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 Abordagem teórica sobre desenvolvimento regional	16
1.1 Teorias de Região, da Localização, de Desenvolvimento Regional	16
1.2 O território e o desenvolvimento da região	21
Capítulo 2 O Desenvolvimento de Aparecida de Goiânia.....	27
2.1 O Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e o Município de Aparecida de Goiânia	27
2.2 Aparecida de Goiânia: célula do desenvolvimento	35
Capítulo 3 Aspectos econômicos e fiscais e estruturais que apontam o crescimento de Aparecida de Goiânia	41
3.1 Indicadores econômicos e fiscais	41
3.2 Ramo de atividades empresariais que predominam	52
3.3 Parques Industriais: DIMAG e DAIAG e o Polo Empresarial	59
3.4 Os eixos estruturantes norte-sul (NS)	62
3.5 O embrião do Parque Tecnológico	65
Conclusão	69
Referências	73

Introdução

Os reflexos de um conjunto de ideias que vêm sendo aplicadas em Aparecida de Goiânia, oriundas muitas das vezes dos especialistas do desenvolvimento regional, ainda que timidamente, têm alcançado desdobramentos concretos. Trata-se de mudar a orientação das políticas anteriores, rever velhos modelos, repensar as heranças antiquadas na memória da sua população, superando as desigualdades sociais e regionais, e preparar o terreno visando edificar e estruturar a economia da região.

Almejar o crescimento econômico esbarra em dificuldades: “as atividades econômicas dinamizam-se em áreas que apresentam melhores condições de atração locacional, ou seja, que contam, entre outros, com atributos vantajosos de infraestrutura, com recursos humanos qualificados e qualidade de vida da população aceitável, mostrando-se adequadas à instalação de empreendimentos modernos e à geração de maiores lucros”¹. Assim, superar a marginalidade dos fluxos econômicos principais, apresentar melhores níveis de renda e bem-estar, para tornar-se uma região mais dinâmica e de maior patrimônio produtivo instalado é o desafio, e necessário ainda estar ciente, ou até mesmo conformar-se que, por mais que sejam alcançados os efeitos, estes ainda são insuficientes para transformar realidades sócio-econômicas arraigadas.

O objetivo deste trabalho é demonstrar que o Município de Aparecida de Goiânia congrega a intenção de máxima eficácia na busca da sua autonomia econômica e administrativa, utilizando os recursos disponíveis, aprimorando a sua gestão e aproveitando o seu potencial para o desenvolvimento, o que é apontado em indicadores econômico-fiscais.

Com o fim de comprovar o que se afirma, é fundamental explicar os coadjuvantes que integram e compõem este processo como o estudo do território, da região em que se insere. O tema desenvolvimento regional, do ponto de vista teórico. Ao final as especificidades e detalhes a serem destacados sobre o desenvolvimento da região, razão do atual interesse para fins de conhecimento e análise do crescimento identificado.

Formado o cenário é possível abordar o tema principal deste trabalho sobre desenvolvimento regional e as políticas aplicadas ao Município de Aparecida de Goiânia. Sabe-se que o desenvolvimento envolve diretamente as pessoas e o local em que vivem. Daí é possível questionar: Como o incremento e crescimento das atividades empresariais e obras de

¹ DOCUMENTO POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Ministério da Integração Nacional. Brasília, agosto 2005, p. 7.

infraestrutura contribuem para o desenvolvimento da região em que está inserido o Município de Aparecida de Goiânia?

Como premissas, e respeitando variáveis que interferem para o desenvolvimento de Aparecida de Goiânia, vislumbra-se que o local está ativando as potencialidades de desenvolvimento da região, tendo como estratégia valorizar e incrementar a diversidade empresarial. Isto desdobra em dimensões múltiplas além da econômica, capaz de ser alicerce para o desenvolvimento incluyente e sustentável, o que, via de regra, estrutura uma sociedade mais equânime.

O compromisso de configurar e implementar as diretrizes relevantes ao desenvolvimento promove o crescimento e concomitantemente pretende a redução das desigualdades. Constatase motivação para intensificar e ampliar os meios de produção e a força de trabalho do seu território e a contribuição em prol da lógica espacial da articulação metropolitana a qual pertence, ainda que as circunstâncias que vão se impondo na dinâmica do jogo do mercado e das políticas públicas sejam difíceis de lidar, ou até mesmo adversas.

Assumir tais premissas não significa isolamento em soluções localistas. Tal posicionamento não é recomendável. As iniciativas locais consistentes precisam se articular e encontrar nexos e coesão na política metropolitana, e até mesmo nacional. Devem ser capazes de assegurar e garantir essa integração, com caráter irrestrito, porém, coordenado, ainda que se dê ênfase em uma ou algumas ações.

A fim de diagnosticar o problema ora proposto, e também com vistas a orientar e estabelecer referências, foram sintetizadas as raízes teóricas sobre desenvolvimento, para numa segunda etapa, as relacionar com as questões das políticas regionais aplicadas. E por fim, propõe, o estudo empírico realizado de forma expositiva sobre o Município de Aparecida de Goiânia, com ênfase no crescimento empresarial identificado nesta região, o que compreende-se como sendo um dos fatores preponderantes para geração de empregos e a consequente melhoria dos níveis de renda da população.

Em trabalho acadêmico da área, mesmo que não influenciado pelas teorias clássicas, necessariamente nestas buscam apoio e acabam por abordar os mesmos temas, dilemas e teses que aqueles autores enfrentaram, pois que essas correntes e as suas implicações sobre as políticas públicas continuam orientando a produção teórica da atualidade.

Sem aprofundar no conceito região, as teorias formuladas ligam-se essencialmente à noção fundamental de diferenciação de áreas geográficas, e cada uma naturalmente observa aspectos inovadores e significativos, que ao final contribuem conjuntamente para estudos regionais e explicar o desenvolvimento de um lugar determinado.

Na sequência, as Teorias Clássicas da Localização que estudam o desenvolvimento regional enfatizando os fatores de aglomeração e a produção, defendidas por economistas e geógrafos dos dois últimos séculos são delineadas uma vez que compõe o objeto da análise empreendida.

Preparado o terreno, e, mesmo que não influenciado pelas teorias de desenvolvimento regional, que convencionaram chamar de “teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração” estas contêm diretrizes básicas, e as principais referências são: os “polos de crescimento” de Francois Perroux, a demonstração da “causação circular e acumulativa” de Gunnar Myrdal, nos “efeitos para trás e para a frente” de Albert Hirschman, e na “base exportadora” de Douglas North.

Após, necessário compreender o território como dimensão espacial, e observar a sua delimitação nos termos preconizados pelo modelo federativo consagrado na Constituição Federal vigente. Nesta lógica são abordadas as políticas em curso nos termos de desenvolvimento regional que levam necessariamente em consideração o lugar e o acesso a este, e a relação deste com os recursos naturais e os meios de produção, as pessoas como recursos humanos, e a distribuição destes pelo território. Inclusive especifica as políticas de Aparecida de Goiânia, e aborda as ações empreendidas para a criação da base inovadora como forma do crescimento diferenciado.

Geograficamente, o território de Aparecida de Goiânia é localizado no estado de Goiás, e está inserida na Grande Região Centro-Oeste. A SEGPLAN – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, por intermédio do IMB (Instituto Mauro Borges), analisou e elaborou dados de 2010, e informa que a economia da região Centro-Oeste, sustentada, em especial, pelo segmento da agropecuária, participou com 9,20% da renda gerada no país no ano de 2008, posicionando-se na quarta colocação dentre as cinco regiões. Neste contexto, Goiás representa o segundo maior PIB da região, cuja participação é de 26,98%, sendo que o Distrito Federal o primeiro, com participação de 42,14%. A participação significativa do Estado de Goiás no PIB regional, expressa a tendência em acompanhar o crescimento econômico, no qual o objeto da pesquisa insere-se, justificando a prévia análise desta Região tecida no segundo capítulo.

Pela lógica, e considerando que além de pertencer à Região Centro-Oeste, nosso objeto insere-se e age significativamente na Região Metropolitana de Goiânia – RMG, sem adentrar demasiado neste tema, mas sob tal perspectiva, aspectos legais e de políticas metropolitanas são abordadas, visto a relação com a dinâmica metropolitana permear e definir, direcionar as ações do, e para com o município.

As mudanças tecnológicas e organizacionais e os seus incrementos merecem destaque, pois que palpáveis em Aparecida de Goiânia. A rápida alteração na estrutura produtiva alternou, e causou impacto no peso dos setores e na composição da renda e da ocupação, girando em torno de maior flexibilidade e lucratividade, e implicou na mobilidade geográfica das empresas, libertando-as de restrições a fontes de matérias-primas e mercados, contribuindo para os surgimento de novos espaços industriais.

A seguir, o objeto da análise deve ser situado do ponto de vista histórico, suas origens, e tais informações são brevemente tratadas, como também sua contextualização na região metropolitana a qual pertence, relacionando a dinâmica exógena e endógena quanto às oportunidades econômicas de Aparecida de Goiânia para com os componentes desta. Importa também mencionar a solidez e o fortalecimento que está se estabelecendo na região, com a formação de infraestrutura adequada e a instalação de equipamentos sociais e urbanos, fixando a população no seu local de trabalho, denotando o surgimento de microregiões relativamente independentes, e suficientemente autônomas.

São abordados os aspectos econômicos e fiscais tendentes a apontar o crescimento de Aparecida de Goiânia. Oferecendo os dados e indicadores obtidos empiricamente, analisando e os interpretando, como aptos a comprovar o crescente aumento dos investimentos, e seus respectivos empreendimentos externos para o local, ao tempo em que motiva a população a inteirar-se e acompanhar as recentes oportunidades.

Com os dados apresentados, e a forma em que dispostos, justifica o objeto da análise, que em razão de ações desenvolvimentistas, os resultados são o retorno com a atenuação das desigualdades econômicas, e promove melhor qualidade de vida e bem-estar social. Daí porque algumas obras, em fase de execução devem ser mencionadas, explicando suas características primárias, e ainda abordar os polos industriais e empresariais, que instalados apresentam dimensões e expansão notórios para o último decênio. A inovação surge com o embrião do parque tecnológico, que sinaliza ser bem sucedido, detém aporte espacial já concretizado, e prepara e qualifica recursos humanos mediante a instalação em locais estratégicos de significativas instituições de educação. Todo esse aparato tem como meta final a autonomia do Município.

Capítulo 1. Abordagem teórica sobre desenvolvimento regional

1.1 Teorias de Região, da Localização e Desenvolvimento Regional

Abordar o conceito de região é tarefa complexa e conflituosa, tendo em vista que existem correntes de pensamento com concepções bem diferenciadas. O estudo básico sobre região está ligado à noção fundamental de diferenciação de áreas geográficas, de que a superfície da terra se faz constituída por várias áreas diferentes entre si. Neste sentido, para que se possa compreender o significado de região faz-se necessário remeter ao período histórico e ao contexto em que ele surge.

De acordo com Spagnoli (2009), foi a partir das últimas décadas do século XIX que surgiram dois importantes processos que marcaram a Europa e a Geografia quanto à região. O primeiro refere-se à fase de expansão territorial do capitalismo. Já o segundo, repercute-se à sistematização da geografia como ciência, a qual contribui para a discussão sobre região de forma relevante, surgindo assim os primeiros conflitos envolvendo a região. Trata-se, então, de afirmar que:

A região natural influenciada pela corrente determinista, que se caracteriza pela uniformidade dos resultados da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza, justificando a exploração dos recursos naturais por interesses econômicos, e a região geográfica, decorrente da visão possibilista de Vidal de La Blache, em que os componentes humanos e naturais de paisagem conferem uma combinação específica à diversidade, singularizando o espaço regional (GOMES, 2000, p. 35)

Já na visão de Bauchet (*apud* Lopes, 1995, p. 31) a região “é um conceito observável porque, dotadas de certa homogeneidade de comportamento e de alguma auto suficiência, resulta concretamente da sobreposição de zonas de influência das cidades nelas contidas”. Logo, uma região deve considerar as áreas dotadas de relações de interdependências, não pode assim, excluir os fatores de ordem econômica, política e social, e ainda, o funcionamento da mesma dentro do seu sistema de regiões.

Assim, pode-se dizer que:

O desenvolvimento de uma região, ao longo prazo, é explicado pela interação de vários tipos de processos ou forças, que são os usos dos recursos naturais, os efeitos indiretos das políticas macroeconômicas e setoriais, e um conjunto de elementos políticos institucionais e sociais, agrupados sob a denominação de capacidade de organização social da região (BOISIER, 1980 *apud* KALNIN, 2004, p. 214).

Essa capacidade de organização social de determinada região e a forma em que estabelecida é obtida geralmente da interação entre este espaço e os valores daquela sociedade:

Salvo poucas exceções, as experiências indicam que, em alguma etapa do desenvolvimento econômico a estrutura espacial e a região entram em conflito com os valores e objetivos da sociedade. O conflito mais usual apresenta-se em termos de concentração econômica territorial e dos objetivos igualitários da sociedade. Este conflito entre estrutura espacial e valores é uma das razões que explicam a necessidade da aplicação de políticas de desenvolvimento regional, formuladas como uma tentativa de resposta social ao problema (BOUSIER; SMOLKA; BARROS, 1973, p. 62).

Compreende-se que a capacidade de organização social da região é definida pela existência de estruturas políticas, sociais e burocráticas capazes de permitir o seu crescimento interno. E é analisando este conjunto de fatores que permitirá explicar o porquê do desenvolvimento deste lugar, tendo como ferramenta a aplicação de dados e indicadores, utilizando-se inclusive de variáveis estatísticas para sua mensuração.

Nesse aspecto, merece atenção as abordagens que ressaltam a dimensão espacial do desenvolvimento formuladas pelas Teorias Clássicas da Localização. São estudos sobre desenvolvimento regional que enfatizam os fatores de aglomeração e da produção defendidas por economistas e geógrafos entre o século XIX e início do século XX. Podem, também, ser entendidas como a análise da organização espacial da economia.

Dentre os teóricos clássicos, três relacionam-se com a análise pretendida: Johann Heinrich Von Thünen, Harold Hotelling e Paul Krugman.

Apontado como o fundador da teoria do uso do solo, o trabalho de Thünen (THISSE, 2011) é o alicerce para o desenvolvimento da moderna economia urbana. Segundo Dallabrida (2011), mesmo advertindo sobre a reduzida importância na atualidade dos custos de transporte aos custos totais da empresa, esse teórico focou seus estudos na análise da distância, do custo de transporte e da localização do mercado como variáveis explicativas do padrão de ocupação do solo agrícola. Demonstrou que os preços de mercado elevavam-se com o aumento da distância dos locais de produção em relação ao mercado de consumo, teoria esta chamada de “*anéis de Thürnen*”, que são as circunstâncias em torno da cidade, cada uma delas delimitando a área de cultivo de um produto. Com isso, os preços dos produtos sofreriam influência de acordo com as suas distâncias em relação ao centro.

Já Hotelling (1929) *apud* Dallabrida (2011), com uma teoria diferente, estuda a natureza da competição no espaço e a maneira pela qual as empresas escolhem sua

localização num ambiente estratégico. Neste modelo, a diferença refere-se à decisão locacional como forma de se ganhar vantagem competitiva em relação à concorrência. A decisão de onde produzir é fundamental para que se defina endogenamente o padrão de distribuição.

Destes teóricos, Paul Krugman, segundo informa Thisse (2011), apresentou a microeconomia das aglomerações econômicas espaciais e os desequilíbrios regionais nos níveis, nacional e internacional. Assim, construiu um modelo de equilíbrio geral capaz de explicar por que, como e quando a atividade econômica pode ser concentrada em poucos locais. Dallabrida (2011) retrata que a principal contribuição de Paul Krugman, foi a incorporação dos chamados “retornos crescentes”² nos modelos formais dedicados à compreensão dos fenômenos espaciais. Simplificando, as forças que incitam os empresários industriais a se agruparem residem nas externalidades da demanda, sendo que a concentração geográfica nasce, basicamente, da interação entre os rendimentos crescentes, os custos de transporte e a demanda.

Analisando estas e outras teorias, conclui-se que os retornos crescentes e a competição estratégica são os ingredientes básicos para uma teoria relevante de equilíbrio espacial. Assim, quando os custos de transporte são baixos, os benefícios da separação geográfica serão reduzidos e os preços serão mais baixos, conforme percebe-se neste trecho:

As empresas então optam por refazer suas margens de lucro diferenciando seus produtos com algumas características não geográficas, que podem ser tangíveis ou intangíveis. Em outras palavras, a diferenciação de produtos é substituída pela dispersão geográfica. Neste caso, as empresas não mais temem os efeitos da competição de preços e se esforçam em permanecer o mais próximo possível do consumidor, com quem a correspondência (*matching*) for a melhor. Como estes consumidores estão espalhados pelo espaço do mercado, as empresas se estabelecem no centro, minimizando assim sua diferenciação geográfica (THISSE, 2011, p.12).

Nesse sentido, surgem as teorias que se convencionaram chamar de “teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração”, cujos principais autores floresceram a partir da década de 1950, e são de inspiração notoriamente keynesiana. As principais referências segundo relata Cavalcante (2011) que, de uma forma ou outra, enfatizaram o desenvolvimento de espaços subnacionais são o modelo dos “polos de crescimento” de Perroux, a demonstração da “causação circular e acumulativa” de Myrdal, nos “efeitos para trás e para a frente” de Hirschman, e na “base exportadora” de North.

² Retornos crescentes são a tendência pela qual aquilo que está na frente ganha cada vez mais vantagem e aquilo que perde vantagem, a perde cada vez mais.

Assim, na década de 1950, o conceito de aglomeração passou a ser empregado de forma sistemática na interpretação dos movimentos de crescimento e desenvolvimento regional.

O economista francês François Perroux, influenciado em especial por Schumpeter, propôs o conceito de “polo de crescimento” que tem sido um dos mais empregados na formulação de políticas de desenvolvimento regional.

A partir do pensamento de Schumpeter, Dallabrida (2011), demonstra a importância do ponto de vista da dinâmica capitalista das inovações, e relata que Perroux explora as relações que se estabeleceriam entre indústrias motrizes versus movidas. As primeiras caracterizam-se por aumentar as vendas e as compras de serviços de outras, e as segundas – movidas – têm suas vendas aumentadas em função das indústrias motrizes. E reforça sua explicação argumentando que o crescimento não ocorre de forma homogênea no espaço, mas “manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (Perroux, 1955, p. 146, *apud* Dallabrida, 2011).

Apesar dos estudos de Perroux terem explicitamente subsidiado a formulação de políticas de desenvolvimento regional em países desenvolvidos, e em desenvolvimento até pelo menos o início da década de 1970, seus polos de crescimento foram severamente criticados, sobretudo, em decorrência das transformações que começam a ser percebidas na década de 1970 implicariam na impossibilidade de aplicação direta de conceitos formulados para outro contexto.

Gunnar Myrdal, segundo Dallabrida (2011), no que se refere à evolução do pensamento econômico regional contribuiu ao indicar as razões pelas quais as economias regionais tenderiam a divergir ao longo do tempo. Mesmo não formalizando qualquer modelo, baseou-se no relato de uma trajetória provável de desenvolvimento regional e na idéia de causação circular e acumulativa. De acordo com o autor, haveria mecanismos que, uma vez iniciados, seriam mutuamente reforçados pelas forças de mercado e conduziriam as regiões por caminhos divergentes.

Gunnar Myrdal em abordagem subnacional sustenta que haveria uma inter-relação causal e circular nos fatores ligados à questão do desenvolvimento. A hipótese da causação circular e cumulativa proposta por Myrdal (1957, p. 42 *apud* Cavalcante, 2011) teria “validade em todo o campo das relações sociais” e o leva a afirmar que “o jogo das forças de mercado opera no sentido da desigualdade”.

Desta maneira, Myrdal supõe que um surto de crescimento em uma determinada região por uma razão fortuita, despertariam os recursos produtivos e passaria a atrair recursos produtivos (trabalho, capital e espírito empreendedor) de outras regiões. Os negócios ali implantados ampliariam o mercado para novos empreendimentos que, por sua vez, gerariam mais lucro e mais poupança e, em consequência, outra rodada de investimentos. A migração verifica-se seletiva uma vez que os imigrantes seriam os mais empreendedores e capazes, o que reforça ainda mais essa tendência. Quanto ao capital virá das regiões estagnadas para as regiões em crescimento, conduzido pelo sistema bancário, o que também amplia a desigualdade regional.

A inclusão do setor público no modelo, não é suficiente para reverter a tendência de divergência, podendo até mesmo reforçá-la, uma vez que a maior base de arrecadação nas regiões mais desenvolvidas permite a adoção de alíquotas tributárias mais baixas, o que as tornam ainda mais atraentes. Opostamente, as regiões subdesenvolvidas seriam pressionadas a ampliar a taxação sobre a sua base produtiva. Assim, somente as intervenções do setor público deliberadamente poderiam regressar a tendência de divergência, para a redução das desigualdades regionais.

Os resultados negativos que o desenvolvimento de uma região gera sobre as demais, Myrdal denomina de “efeitos de retroação”. Registrou por outro lado, os “efeitos de difusão” (centrífugos), que levariam ao transbordamento do impulso de desenvolvimento para as regiões atrasadas. Essas forças contrabalançariam, em parte, os efeitos de retroação, mas não seriam, por si só, capazes de garantir um desenvolvimento regional mais equilibrado.

O grande teórico da economia do desenvolvimento do Pós-Guerra, Albert Hirschman, segundo Dallabrida (2011), em oposição a Myrdal, considera a desigualdade uma necessidade, até mesmo um requisito do processo de desenvolvimento, e não um problema. O teórico inclusive destaca a importância dos desequilíbrios. Assim, o crescimento econômico seria alcançado por meio de uma sequência de desajustes: os desequilíbrios. Seriam a forma das economias (ou regiões) periféricas potencializem seus recursos escassos. Nos termos do próprio Hirschman (1958, p. 36, *apud* Cavalcante, 2011), “(...) as desigualdades internacionais e inter-regionais de crescimento são condição inevitável e concomitante do próprio processo de crescimento”.

Mesmo assim, Hirschman pondera sobre os efeitos positivos e negativos do desenvolvimento de uma região sobre as demais. Havendo parceria e cumplicidade entre as áreas, a integração poderia reduzir o desemprego da região pobre por meio do aumento de

suas exportações. Já a perversidade da polarização se daria principalmente pela migração seletiva em direção à região dinâmica.

A teoria da base exportadora está associada ao trabalho do historiador econômico Douglass North (MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011). Este contesta a visão de que o desenvolvimento regional teria ocorrido em etapas sucessivas. Descreve o desenvolvimento regional a partir do surgimento de uma atividade de exportação baseada em fatores locais específicos. As atividades ligadas a esse setor são chamadas de base exportadora, cujos efeitos sobre a economia local são também indiretos. A atividade de exportação induz, dessa forma, o surgimento de polos de distribuição e cidades, nas quais começam a se desenvolver atividades de processamento industrial e serviços associados ao produto de exportação. A diversificação setorial para North é o resultado do sucesso das atividades de base e não o resultado do esgotamento do setor primário. Ou seja, a industrialização não garante que o desenvolvimento regional continuará, uma vez que ela é, na verdade, o resultado do sucesso da base exportadora.

A teoria da base exportadora de North é criticada por Tiebout, conforme informa Monastério e Cavalcante (2011), e um de seus principais argumentos é que a teoria depende da delimitação da região. Se se expandem seus limites, aquilo que é considerado exportação passa a ser um componente interno à região e não da base. Assim, a delimitação da atividade da base exportadora seria arbitrária. E vai além ao dizer que North ignorou a possibilidade de que uma melhor alocação de fatores poderia levar, inclusive, a uma redução das exportações, o que, por si só, não seria um sinal de qualquer problema regional.

A produção teórica referenciada, seguramente contribui e orienta toda abordagem do desenvolvimento a nível nacional ou local. Os resultados, positivos ou negativos, das suas aplicações práticas modelam e atuam como exemplos e, sobremaneira, norteiam as decisões que formatam a política a ser adotada, daí porque imperativo a sua exposição.

1.2 O território e o desenvolvimento da região

Didaticamente, Santos (2006) define que o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala de território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem...” (CANDEIAS;

MACDONALD; MELO, 2005). A idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda.

Assim, é preciso superar a visão tradicional de que a região é apenas um recorte do território, cujas características são refletidas por diferentes indicadores naturais, econômicos e sociais. Além dos atributos e diferenças refletidas nestes indicadores, o território contém história e cultura e, portanto, identidade política, o que dá aos seus habitantes a sensação de pertencimento. Nesse sentido, seus habitantes e outros entes institucionais (públicos, empresariais e da sociedade civil) são e devem ser vistos como agentes de seu próprio processo de desenvolvimento. Dentro dessa visão, o território deixa de ser apenas uma paisagem ou instância passiva e passa a ser um elemento central no seu próprio processo de desenvolvimento e no processo de desenvolvimento de outras escalas territoriais de maior dimensão. Isto exige uma complexa combinação de ações e de articulação entre os diferentes níveis de Governo (Federal, Estaduais, Locais). (DINIZ, 2013).

De encontro com as reflexões de Henri Lefebvre (1970), *apud* Santos (2006), que aborda a produção do espaço, como produto e condição da dinâmica socioespacial, *locus* da reprodução das relações de produção, Santos (2006) acrescenta ainda que o território não é apenas um suporte físico às atividades econômicas, mas também fruto das relações sociais que o compõem, entre elas a economia. Do exposto, o território, assim, deixa de ser um elemento externo à atividade econômica, devendo ser analisado de forma integrada ao conjunto das relações sociais que nele se materializam. Incorpora-se, dessa forma, o território como elemento fundamental do processo produtivo, enquanto simultaneamente é a materialização das consequências deste mesmo processo produtivo, e a produção do espaço local e regional é parte integrante de um dado regime de regulação social, e cada um cria formas específicas de organização espacial do processo produtivo.

Essa regulação social é formulada no Brasil com a instituição da Federação, constituindo-se em ente único e absoluto, consolidando o critério espacial do território e a diversidade social, de todos os entes que o compõe. Como modelo de distribuição de poder em um território, a Federação reflete a disputa do poder na sociedade, e sua estabilidade está sujeita às alterações de ordem econômica, cultural, social e ambiental, sobretudo num país como o Brasil. Se não o ideal, ainda o modelo federativo apresenta-se como o mais adequado do ponto de vista geopolítico.

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 18, reconhece o Município como parte integrante no sistema federativo, garantindo-lhe autonomia para todos os efeitos (BRASIL, 1988). O Município passou a integrar efetivamente a Federação, num processo de

descentralização que o Brasil vem atravessando desde a década de 1980. De acordo com Rezende (2008, p. 15) “Não se trata de mera circunscrição territorial, mas de uma peça importantíssima da Federação, dotada de autonomia política, financeira e administrativa”.

Para fins de estudo, isolar o Município do contexto do restante da Federação, é perigoso na medida em que desconsidera todo o contexto regional em que efetivamente se insere. A busca por autonomia e independência administrativa não pode, portanto, excluir o Município como se o seu território fosse autônomo e alheio aos componentes da sua região.

O desenvolvimento de uma região envolve diretamente as pessoas e o local em que vivem. Reflete quadros de vida evoluídos, e se caracterizam pela disponibilidade de serviços e bens acessíveis a todos os indivíduos em qualquer lugar. Nestes termos, é possível concluir que a organização espacial condiciona naturalmente o desenvolvimento econômico, criando mobilidade e acesso a maiores oportunidades para uma apropriada utilização dos recursos humanos.

Em geral, o crescimento regional inicia-se e mantém relação com os recursos naturais e os fatores de produção. É inerente a aglomeração e concentração das pessoas e as atividades econômicas, e a distribuição destes pelo território tende a manter certa lógica padrão. A distribuição das atividades econômicas ordena-se a partir de pontos de produção e o mercado de consumo.

Assim, o desenvolvimento das regiões tem se firmado considerando tanto o sistema como um todo, como cada uma das suas partes componentes, respeitando a necessidade de atender as variáveis, espaço e tempo, em qualquer fase do desenvolvimento regional, independente do caráter das questões e discussões existentes.

Em especial o Brasil, país de dimensões continentais, com um território dotado de grande e rica diversidade ambiental, socioeconômica e cultural, e marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, e que, por razões históricas, formou um padrão de desenvolvimento fortemente concentrado e excludente, deixando parte importante do território brasileiro com seu potencial de desenvolvimento mal explorado. Nas regiões menos desenvolvidas as maiores dificuldades de acesso a empregos de qualidade e aos serviços básicos contribuem para alimentar o círculo vicioso do atraso e para limitar as oportunidades de crescimento pessoal e profissional dos brasileiros que ali vivem (DOCUMENTO DE REFERÊNCIA, 2012, p.29). Essas características mostram as fortes desigualdades de ocupação e de desenvolvimento econômico e social do país, e servem de referência para se pensar o papel do território em um projeto em nível nacional, combinado às dificuldades, mas também às potencialidades de suas diferenças (DINIZ, 2013). É a busca por um

desenvolvimento espacialmente mais equilibrado, respeitando e explorando sua diversidade, fundamental para a integração e a coesão econômica, social e territorial do Brasil.

Além da configuração estabelecida do padrão de desenvolvimento do Brasil, resultado de sua história econômica, é fundamental referenciar que do que se pensava em termos de desenvolvimento regional, nas três últimas décadas surgiram fenômenos variados sem explicação satisfatória na teoria regional até então formulada. Daí a necessária reconstrução teórica, novos instrumentos de análise e estudos estão sendo testados e implantados, pois as alterações econômicas obrigam a profundas reformulações. A título de exemplo observam-se: acentuados processos de desindustrialização; mudanças na divisão internacional do trabalho; a crise dos padrões locacionais do fordismo e o surgimento de novas áreas industriais, com tecnologia avançada e, portanto, nova forma de organização e divisão do trabalho; crescimento do setor de serviços; o processo da globalização, que simultaneamente recriou regiões em detrimento de outras, marginalizando-as, e ao mesmo tempo fragmentou o mercado; novas políticas liberais, com o expoente da privatização.

Abordar a questão do desenvolvimento no Brasil, forçoso reconhecer que deve ser analisada sem perder de vista a história da economia das regiões do país, apesar da década de 1980 alterar, ou mesmo romper e estabelecer nova configuração para o desenvolvimento regional brasileiro.

A respeito da reconfiguração da ação do Estado na economia, em relação à acentuada privatização sem precedentes mundiais, pode-se constatar que:

A desmontagem da capacidade de intervenção do Estado na economia brasileira na crise da dívida dos anos de 1980 quando se considerou crucial reduzir o alcance da intervenção estatal, enfatizando a necessidade de reduzir o déficit público privatizar empresas estatais, abandonar as políticas de crédito e incentivos fiscais e cortar subsídios. Nos anos 90, com o processo de privatização das estatais, o comando sobre os setores com amplo potencial irradiador sobre a dinâmica econômica passou para o setor privado (OLIVEIRA, 2010, p. 14).

Torna-se evidente em termos espaciais a significativa perda de ação do Estado sobre os instrumentos de política econômica, acarretando assim, a deterioração de sua capacidade de imprimir trajetória para o crescimento da economia do País, em face do estancamento da desconcentração produtiva, verificada no período entre 1970 e 1990. E considerando os novos padrões tecnológicos vigentes, as regiões mais industrializadas tendem a concentrar os novos empreendimentos, os quais serão responsáveis pela dinâmica de suas economias e da economia nacional.

Isso implica em:

O esgotamento do processo de descentralização produtiva, a crise fiscal e financeira do Estado, a deteriorização de seus instrumentos de política econômica, a crescente preocupação com o curto prazo (pagamento da dívida pública) e as sucessivas tentativas de estabilização constituem os fatos mais relevantes para se compreender a evolução das economias regionais a partir da segunda metade da década de 80 (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 38).

Com tudo isso, em algumas regiões acentuaram-se as desigualdades regionais, e em outras, o fenômeno foi inverso, as amenizou, conforme atesta o autor:

A inserção do País na economia mundial, num quadro de acirramento da competição internacional e introdução de um novo padrão tecnológico poderia dar lugar a uma integração que articula alguns espaços regionais privilegiados e mais capazes econômica e tecnologicamente, e marginalizaria os demais, quebrando inclusive a cadeia produtiva que no modelo anterior, de substituição de importações, havia integrado a base produtiva do País, da perspectiva setorial e espacial (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 79).

O modelo de desenvolvimento brasileiro estabeleceu profunda desigualdade de rendimentos e de acesso à terra, à escola, ao trabalho e às políticas públicas. A essas desigualdades somaram-se às decorrentes do modelo de economia primário-exportadora, baseada no trabalho escravo ainda não completamente superadas.

As desigualdades regionais brasileiras foram em sua maioria determinadas em decorrência dos processos que ocorreram na fase de isolamento relativo, ou seja, nas formas de evolução das regiões e ainda nos complexos exportadores localizados em espaços distintos, dotados de dinâmica econômica e de capacidade de diversificação da base produtiva muito diferente. Exemplo disso é a região Sudoeste, que dotada de uma base produtiva industrial mais eficiente e maior capacidade de competição, essa região induziu e condicionou o desenvolvimento das outras regiões, consolidando assim, as desigualdades entre os espaços regionais (GUIMARÃES NETO, 1997).

Visando combater tanto quanto possível as desigualdades, a Região encontra-se na atualidade sob relativa intervenção governamental, sendo que a última década foi marcada pela reconfiguração do tamanho e da ação do Estado na economia, a qual se caracteriza pela diminuição dos espaços de regulamentação, quanto à atividade empresarial; a redução da capacidade de efetivar políticas de rendas; a retração da produção direta de bens e serviços econômicos; a minimização de seu papel na elaboração de políticas setoriais e regionais, e ainda sobre a restrição dos dispêndios do governo e à intervenção na administração da economia. (MONTEIRO NETO, 2006).

Por tudo quanto foi apontado, compreende-se que a melhor forma de estimular o desenvolvimento regional tem sido aperfeiçoar experiências com margem de sucessos, desconsiderando as características, bem como, os condicionantes de cada situação específica. Assim, pode-se afirmar que:

As transferências de recursos em torno de atividades produtivas têm se constituído, em muitos casos, num mecanismo de inclusão social que se distancia de uma política de desenvolvimento econômico capaz de fazer frente à problemática das desigualdades regionais (UDERMAN, 2006, p.122)

Para o estudo em elaboração, e considerando que não há a pretensão de sistematizar, são suficientes as abordagens da produção teórica em economia regional: as teorias clássicas da localização, as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatos de aglomeração e por fim um breve perfil da produção recente baseada na automação integrada flexível, convergem para o esforço de incorporar modelos e abordagens passíveis de fundamentar o nosso objeto, Aparecida de Goiânia. Após, e visando identificar a célula do desenvolvimento deve-se respeitar o contexto da Região onde está localizado Aparecida de Goiânia, daí a importância de fazer este recorte, e o da região metropolitana na qual se insere.

Capítulo 2. O Desenvolvimento de Aparecida de Goiânia

2.1 O Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e o Município de Aparecida de Goiânia

Como procedimento de análise adotou-se por metodologia dupla referência: o recorte territorial, representado pelo agregado político-administrativo do Centro-Oeste brevemente tratado, e a menor unidade territorial de análise, o município de Aparecida de Goiânia, cuja dinâmica sócio-produtiva representa embrião das estruturas funcionais características de diversas estruturas produtivas e a sua inserção e participação na região metropolitana da qual faz parte. Entretanto, dada a amplitude do trabalho, necessário limitar a escala de análise adequada, que permita responder ao desempenho econômico recente, e facilita a construção das tabulações necessárias, e faculta critérios analíticos homogêneos.

A caracterização geral da região Centro-Oeste estabelece as amarrações necessárias à compreensão de sua dinâmica recente (MOTTA, 2002), ao passo em que cria o elo dessa dinâmica com a do município, objeto do estudo, ao restabelecer e analisar as ligações históricas e espaciais. Ao entender a configuração urbana e regional do Centro-Oeste, é possível também compreender o estágio e o avanço rumo ao desenvolvimento de Aparecida de Goiânia.

Motta (2002) relata que o Centro-Oeste tem sido o repositório das expectativas de novas oportunidades de investimentos e de um desempenho econômico redentor, menos pela preocupação com seus próprios problemas e carências sociais e desafios ambientais, e mais no intuito de aí encontrar a solução para as atuais vicissitudes das contas externas brasileiras.

Fortemente influenciado pelas políticas de incentivo à modernização agrícola visando ao aproveitamento racional do cerrado, o Centro-Oeste apresentou seu crescimento mais substancial nas décadas de 70 e 80, quando ali se implantaram importantes empresas agroindustriais, tanto de capitais nacionais como internacionais. Esse processo sucedeu e ao mesmo tempo esteve associado aos investimentos em infra-estrutura realizados pelo Estado brasileiro, responsáveis pela modernização das vias de transporte, energia e telecomunicações, e complementados pelos incentivos fiscais, crédito subsidiado e órgãos de apoio, sem os quais, dificilmente, o Centro-Oeste teria sido palco de pujantes transformações em curto espaço de tempo (MOTTA, 2002, p. 162).

O Centro-Oeste conta na sua área com: vegetação de cerrado cuja fertilidade necessita da intervenção técnica específica. Os cerrados foram ocupados pela agropecuária moderna, o que conferiu conotação positiva em termos econômicos, com sua economia baseada na pecuária extensiva de corte, de leite e na agricultura extensiva de alimentos

básicos, e extração mineral ³. O processo de agroindustrialização regional foi empreendido por unidades modernas e de alta produtividade, gerando impactos consideráveis na economia, e, como resultado, transforma a base econômica primária da região e promove os setores secundários e terciários. Daí oportuno observar:

Entretanto, no plano interno, emerge no Centro-Oeste uma diversidade socioeconômica interestadual, e mesmo intra-estadual, que conforma uma gama variada de experiências e funções regionais e municipais, responsável pela emergência de um processo heterogêneo de adensamento populacional e de reprodução das desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, apesar de vislumbrado como área de fronteira em expansão, as transformações recentes no Centro-Oeste devem ser pensadas como novas relações que acontecem sobre um longo processo de conformação territorial, no qual a configuração urbana e o conjunto de investimentos fixos no espaço são parâmetros, em alguns casos decisivos, para as novas alternativas de localização de atividade econômica e crescimento populacional (MOTTA, 2002, p. 163).

É característica da dinâmica econômica da região, o movimento em direção às cidades. Isso é resultado da prevalência de uma agricultura produtora de *commodities*, altamente capitalizada e tecnificada, dispensando o trabalho humano em grande escala, conformando a propriedade e o uso da terra segundo a sua lógica de valoração, esvaziando o campo e provocando um afluxo migratório em direção aos centros urbanos de maior porte. Este caráter diferenciado do comportamento socioeconômico intra-regional é atestado pelo cruzamento dos indicadores econômicos e demográficos, e evidencia o incremento populacional que se verifica substancial nas áreas urbanas.

TABELA 1 – Grandes Regiões: População urbana e rural - 1991/2010

	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	1991		%		2010		%	
Região Norte	5.931.567	4.325.699	57,83	42,17	11.664.509	4.199.945	73,53	26,47
Região Nordeste	25.753.355	16.716.870	60,64	39,36	38.821.246	14.260.704	73,13	26,87
Região Sudeste	55.149.437	7.511.263	88,01	11,99	74.696.178	5.668.232	92,95	7,05
Região Sul	16.392.710	5.724.316	74,12	25,88	23.260.896	4.125.995	84,93	15,07
Região Centro-Oeste	7.648.757	1.763.485	81,26	18,74	12.482.963	1.575.131	88,80	11,20

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991-2010.

A Tabela 1 compreende o período de 1991 a 2010 e informa que o crescimento populacional na região Centro-Oeste neste período, está mais condicionado à própria dinâmica migratória intra-regional do que aos fluxos provenientes de outros estados, visto que

³ Produção intensiva de milho e soja, matérias-primas para a agroindústria e produtos de exportação – grãos, carnes e minerais.

de 18,74% da população rural em 1991, restou reduzida para 11,20% em 2010, e incrementou a população urbana da região em 7,54%. O que ocasiona reflexos na rede urbana regional, principalmente em termos de concentração e consolidação de centros urbanos já existentes, identificando neste contexto o aglomerado metropolitano regional de Goiânia:

Essa denominação refere-se ao conjunto de municípios que integram uma unidade territorial polarizada pela cidade de maior expressão. Os municípios da área apresentam elevada população urbana, com contiguidade espacial ou tendências à formação de espaços contíguos; demonstram relações socioeconômicas intensas, decorrentes de especialização, complementação e/ou suplementação funcional (MOTTA, 2002, pág. 213).

Considerando que a urbanização foi intensa e generalizada em poucos anos no Brasil, entre 1970 e 2010, embora não de maneira uniforme; e que o processo de urbanização é influenciado pelo crescimento industrial e dos serviços, e atrelado a este, ocorreu o rápido processo de metropolização, Moysés (2003) relata que as Regiões Metropolitanas ao mesmo tempo em que constituem imensos aglomerados humanos, reúnem também todas as mazelas sociais das populações carentes do país. E define a metrópole como sendo uma cidade com grande dinamismo econômico, político e cultural, com uma sinergia tal que, em torno dela, gravitam várias cidades vizinhas. Além disso, acrescenta:

Esses problemas estão relacionados à formação de favelas, à presença nas ruas de crianças abandonadas e moradores de rua em idade adulta, congestionamentos de veículos, aumento dos acidentes seguidos de morte no trânsito, poluição da água e do ar e, sobretudo, à exacerbação da violência urbana com raízes no tráfico e no consumo de drogas. Todos esses são indicadores que evidenciam uma tendência que está se generalizando na sociedade brasileira (MOYSÉS, 2003, p. 318)

Com a Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 1988) a criação e a implantação de Regiões Metropolitanas saíram da esfera do Governo Federal e passaram a ser de responsabilidade dos governos estaduais. Assim, os Estados, mediante lei complementar, instituem regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, considerando os agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, institucionalizou as Regiões Metropolitanas e definiu o perímetro físico e social das regiões como “um conjunto de municípios contíguos e integrados social e economicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestruturas comuns”.

Isso mostra claramente que:

O grande marco da reforma liberal das instituições brasileiras, entretanto, não é apenas a privatização dos grandes instrumentos do “estado estruturante”, mas o “grande achado” no plano político-institucional é a celebração de parcerias e consórcios entre municípios metropolitanos, o que viabilizou a implementação de um processo ainda incipiente de redes nacionais temáticas e agências de análise e fomento regional urbano. Como consequência dessas iniciativas no âmbito da política neoliberal, as parcerias e o formato dos consórcios possibilitaram a implementação de consórcios intermunicipais e a formação de convênios em regiões conurbadas, com o fim de equacionar, por exemplo, o saneamento ambiental e a gestão dos recursos hídricos (MOYSÉS, 2003, p. 323).

O Centro-Oeste, constituído pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal (Brasília), é uma região de fronteira com predominância da agroindústria, subsidiada pela agricultura que é a base da economia regional. A capital do Estado de Goiás, Goiânia (vide Mapa 1), é a cidade mais expressiva por sua localização estratégica, próxima a Brasília, e também a partir da cidade, forma a Região Metropolitana de Goiânia – RMG, que é constituída por 11 (onze) municípios autônomos. Na RMG, conforme dados obtidos do IBGE para o ano de 2010, concentra-se 15,5% da população do Centro-Oeste e 34% da população do Estado de Goiás, distribuída num território de 4.000 km², resultando numa densidade média de 425 pessoas por km² (LANDEIRO, 2013).

A Região Metropolitana de Goiânia (vide Mapa 1), anteriormente denominada de Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG) (Lei nº 8.956, de 27/11/1980), formalizou-se com a publicação da Lei Complementar Estadual nº 27 de 30 de dezembro de 1999. Segundo o artigo 1º da LCE nº 27/1999, são 11 municípios que formam a “Grande Goiânia”, quais sejam: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragôiania, Goianópolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. Este mesmo artigo cria também a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG), constituída pelos municípios de Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás. O que implica que mais de 40% da população do Estado de Goiás vive em 19 municípios num raio de no máximo 50 km da capital, conforme retrata Moysés (2003).

Landeiro (2013), encarregada pelo Observatório das Metrôpoles de descrever o Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU, da Região Metropolitana de Goiânia, informa que os dados do Censo Demográfico 2010 foram disponibilizados de maneira que é permitido dividir o território da região metropolitana em 82 áreas de ponderação. A avaliação da RMG, segundo o IBEU Local, pode ser inicialmente entendida como consideravelmente positiva:

mais de 50% das áreas de ponderação possuem condições intermediárias (0,510 - 0,800) e quase 40% delas possuem condições superiores (0,810– 1,000).

Nesse sentido, as atribuições para a gestão das Metrôpoles devem ser objeto de permanente discussão: a) política setorial e de subsídio de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito; b) promoção, em articulação com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não-governamentais, de ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e ambiental, transporte urbano, trânsito e desenvolvimento urbano; c) planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito; d) participação na implantação nas diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água, e a gestão do saneamento.

E apesar de todos os problemas, as grandes metrôpoles continuam como importantes centros econômicos, mas com o foco principal nos serviços e no comércio especializado. O setor de serviços expandiu-se a partir da década de 70, devido a novas demandas de serviços especializados pela difusão crescente das novas tecnologias da informação. Essa expansão deu-se, principalmente, nos grandes centros urbanos, a ponto de Benko (2002) apontá-los como “economias de serviços”, por este setor ter-se tornado o maior gerador de empregos nestes espaços, em detrimento das atividades industriais que se afastaram.

O incremento das novas tecnologias de transporte, informática e telecomunicações na indústria; as mudanças estruturais das empresas, em torno de maior flexibilidade e a constante busca pela maximização dos lucros, o que implicou num extraordinário aumento da mobilidade geográfica das empresas, tornando-as mais independentes em relação a restrições locais, no tocante a fontes de matérias-primas e mercados, contribuindo para o surgimento de novos espaços industriais. Assim, desde a década de 70, o mundo assiste a significativas mudanças nas tendências à localização industrial. As cidades de porte médio passaram a ser privilegiadas para localizar a nova indústria flexível e baseada no novo paradigma tecnológico, em detrimento das metrôpoles. A dinâmica descrita se encaixa na cidade de Aparecida de Goiânia, cidade de porte médio em dimensão espacial e populacional, integrada ao espaço metropolitano, e que promove influências nas demais cidades do aglomerado, vivencia a realidade de tornar-se foco de interesse para o novo espaço industrial e de serviços.

A saída das grandes metrôpoles foi motivada pela fuga das “deseconomias de aglomeração”, características dos grandes centros urbanos, e também indica os dois tipos de problemas que levam o ambiente industrial a esta situação para as empresas:

Os de natureza econômica, como a poluição e degradação do meio natural, a sobrecarga das redes de comunicação (estradas, transporte público, entre outros) que provoca congestionamento nas metrópoles, a alta excessiva dos preços imobiliários e aumento do custo dos serviços públicos. Os de natureza sócio-política, ligados tanto às relações de trabalho, que tendem a evoluir para uma grande rigidez, envolvendo negociações coletivas de salários, regulamento do trabalho, pressões sindicais, quanto às políticas urbanas, que podem aumentar os custos de produção pela modificação dos regulamentos (como por exemplo, de uso do solo e do meio ambiente) e pela imposição, criando “clima” desfavorável aos negócios (BENKO, 2002, p. 148)

Mediante estas considerações, e sem desprezar que o aumento da mobilidade empresarial mantém relação intrínseca com a mobilidade do capital financeiro como resultado do seu fortalecimento pela maior integração do sistema financeiro internacional, reflexo da globalização, o que garante fluidez e mobilidade, percebe-se um deslocamento das empresas, de tradicionais regiões industriais com base na lógica fordista e altamente sindicalizadas, para novas regiões, com pouca ou nenhuma tradição industrial, mas com “externalidades” favoráveis: incentivos fiscais, mão-de-obra mais barata, e sindicatos, pouco, ou nada organizados.

Por estas razões, a descentralização das atividades produtivas torna-se uma opção comumente adotada pelas empresas que encontram nas cidades médias, em zonas pouco industrializadas, economias externas interessantes para serem aproveitadas. Ao menos enquanto a acumulação segura de capital estiver garantida.

Se por um lado estimular a economia das “regiões menos favorecidas” pode corrigir os desequilíbrios regionais, surge um novo paradigma na questão do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento local cujo conceito é:

O desenvolvimento local é, antes de tudo, a flexibilidade, opondo-se à rigidez das formas de organização clássica, uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se as estratégias centralizadas de manejo do território (BENKO, 2002, p. 228).

Enquanto do ponto de vista local conquista visibilidade e autonomia, inclusive interagindo diretamente com a escala global, rompendo barreiras nacionais em algumas questões econômicas e eleva o papel das organizações e instituições representantes do poder político-administrativo em nível local, contribuindo para a descentralização das atividades produtivas causando impacto sobre a economia, e até gerando certo crescimento, por outro lado pode não promover um desenvolvimento auto-sustentado, por não aproveitarem as potencialidades do sistema produtivo local, chegando a criar descompasso ao inibir o fortalecimento de empresas nativas, o que não atende às expectativas locais a longo prazo.

Dentre esta e outras razões é que a visão de desenvolvimento local exógeno não é interessante para Aparecida de Goiânia. É a visão do desenvolvimento endógeno, valorizando as potencialidades locais, e que tenha como premissa o fomento destas, ser o caminho mais seguro para a população e a economia local, tornando-o sustentável.

É identificar e potencializar o conjunto de recursos econômicos, os aspectos sociais e de formação e qualificação dos recursos humanos a serem dinamizados, sem ignorar a importância dos investimentos externos, adotando uma postura independente e autônoma quanto a este capital externo, gerando desenvolvimento compatível com a estrutura produtiva, estratégias e objetivos, a médio e longo prazo, da sociedade local.

Por isto, é que autores como Benko (2002), delineiam estratégias gerais a fim de que o desenvolvimento local endógeno torne-se uma realidade, e que devem centrar-se principalmente na criação e fortalecimento de empresas locais, com ênfase na promoção de políticas de apoio às pequenas e médias empresas (PMEs), visando um retorno em termos de emprego e renda. Melhoria da infra-estrutura urbana (comunicação, transporte, saneamento), produtiva (equipamentos, insumos, tecnologia) e social (escolas, hospitais).

E é partindo deste cenário, apesar de precário do ponto de vista social, que o Município de Aparecida de Goiânia está criando e buscando meios e mecanismos aptos a promover o desenvolvimento econômico. Sobre este aspecto, a questão urbana ocupa papel de destaque em âmbito nacional, com a formulação e implementação de políticas urbanas consequentes, capazes de melhorar as condições de vida nas cidades em geral e nas metrópoles em particular.

Após descrever a Região Metropolitana de Goiânia e interagi-la com o objeto do nosso estudo, mister apresenta-la do ponto de vista geográfico, razão pela qual elaborou-se o Mapa 1 – Aparecida de Goiânia inserida na Região Metropolitana de Goiânia, donde estão destacadas as fronteiras de Aparecida de Goiânia, em relação à Capital, e às demais cidades do entorno.



Mapa 1 - Região Metropolitana de Goiânia: Localização de Aparecida de Goiânia, 2015

2.2 Aparecida de Goiânia: Célula do Desenvolvimento

O território municipal é a unidade que, metodologicamente, melhor permite compreender a rede de cidades, suas inter-relações e diferenciações funcionais, cuja configuração desdobra-se em peculiaridades da estrutura produtiva e, conseqüentemente, em recortes analíticos regionais. Assim, com base nas cidades-pólo (núcleos de sistemas produtivos regionais), podem-se identificar os eixos e o sentido principal dos fluxos socioeconômicos e a própria diversidade regional intra e interestadual.

Historicamente, conta Melo (2002), o Município de Aparecida de Goiânia na condição de Arraial, fundou-se em 11 de maio de 1922, com o lançamento da pedra fundamental em celebração de missa campal e o início da construção da igreja para atender o povo da região. Com a construção da capital iniciada em 1933 e a definitiva transferência da mesma em 1937 sob o comando do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, esse povoado desenvolveu-se mais rapidamente, e no ano de 1958, pela Lei Municipal n. 1.295, elevou-se a categoria de Distrito, com o nome de Vila Aparecida de Goiás, e no mesmo ano seu nome foi modificado para Goialândia. Elevada à categoria de Município de Aparecida de Goiânia pela Lei Estadual nº 4.927 de 14 de novembro de 1963, e automaticamente desmembrada da Capital, constituiu-se em distrito sede em 1 de janeiro de 1964.

Na sua relação com a região metropolitana até recentemente era considerada cidade basicamente destinada a oferecer suporte de mão de obra operacional à Capital, sendo inclusive popularmente referenciada como cidade-dormitório. As deficiências por emprego, infraestrutura e equipamentos sociais e urbanos, obrigavam a população a alcançar estes recursos na região metropolitana, prova disso é o transporte urbano, configurado no sentido da Capital, que durante anos não ofereceu a interligação entre as suas microregiões.

As políticas locais visando estabelecer solidez e fortalecer a região operam no sentido de gerar renda e fixar a população ao local em que vive, tendo como principal meta alcançar autonomia financeira e administrativa. Dentre as ações empreendidas, citam-se: o incentivo e a participação efetiva, criando os meios e dando suporte ao cidadão para a sua inclusão em programas habitacionais; o aprimoramento do esquema de integração empresa-escola, através de sistema de oferta e demanda por emprego organizado e eficiente; a instalação de universidade pública e privada; a viabilização e flexibilização de instrumentos de controle fiscal; suporte ao cidadão para desenvolver atividades de pequeno porte em situação regular, proporcionando o acesso ao crédito, a programas previdenciários e sociais.

Assim, fomenta ações que atraem atividades empreendedoras e investimentos externos, e rumo ao crescimento da região naturalmente aspectos diferenciados da realidade econômica são afetados e modificados. Ciente disso, é que as ações praticadas embora variadas e divergentes, interagem, saneando e aparando arestas negativas ou incompletas.

As políticas governamentais para o desenvolvimento econômico de Aparecida de Goiânia focam suas estratégias alinhando a oferta e a demanda da produção, com vistas a obtenção de melhores resultados e impacto das ações, tendentes a se preocupar com a sustentabilidade da pesquisa e de inovação, nas áreas de saúde e de qualidade de vida. Ênfase especial em modelos de negócios, marketing, canal de distribuição, cadeia de fornecimento, gestão, planejamento urbano, logística de transporte.

Notório o aumento do apoio governamental direto e indireto para atividades empresariais, facilitando e coordenando o acesso a recursos por parte das pequenas e médias empresas, sobretudo no intuito de aumentar a capacidade destas para especializarem-se em tecnologias emergentes. Alteração e adequação dos regulamentos locais favorecendo o ingresso das empresas na região, ou incrementando e potencializando a capacidade das que já existem, valorizando inclusive as ações proativas para a comunidade.

Ao aprimorar a capacidade institucional para dirigir ou gerenciar as políticas governamentais, reforça os laços entre a universidade e a indústria, melhora a qualidade do ensino superior e faz nascer a pesquisa no local.

Do ponto de vista físico-territorial do Município de Aparecida de Goiânia (vide Mapa 2), podem-se detectar os seguintes problemas: A intensa ocupação do solo urbano, em razão do fluxo migratório com crescimento vertiginoso e, com ele, adveio um conjunto de demandas reprimidas por uma rede de equipamentos sociais e de mercado de trabalho; os recursos hídricos, sistemas de esgoto e resíduos sólidos, drenagem, conservação de unidades de preservação, poluição do ar e da água, transporte urbano; do ponto de vista social, os relativos à saúde, assistência social e educação. Todos esses problemas ultrapassam os limites municipais e não podem ser enfrentados isoladamente: exigem solução conjunta.

Os fatores elencados, e os problemas a partir de então ocasionados, gerou profunda e urgente ação por parte da gestão urbana do município, que se vê privado dos instrumentos ⁵

⁵ Instrumentos para o combate dos problemas do Município: meios de garantir e incentivar a participação da sociedade na gestão municipal; fixar rumos para o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado; soluções para a melhoria da qualidade da gestão pública, tornando-a mais apta a utilizar os recursos e a prestar melhores serviços à população; diretrizes e instrumentos para que os investimentos em saneamento, transporte coletivo, saúde, educação, equipamentos urbanos, sejam adequadamente distribuídos e beneficiem toda a população; ações direcionadas à proteção do meio ambiente – mananciais, áreas verdes e zelar pelo patrimônio histórico municipal.

adequados para gerir toda a problemática. Assim para desenvolver ações que pelo menos minimizem os efeitos da migração desordenada, é essencial que a gestão municipal, necessariamente reduza, quanto possível, a relação de dependência das transferências e de obras realizadas pelo governo do estado, mesmo atentando para o fato de que as demandas sobre o tesouro municipal são maiores.

Medidas saneadoras e propensas a ordenar a expansão urbana. O ordenamento do espaço urbano da cidade, segurando a proliferação de loteamentos irregulares, sem, no entanto, engessar os negócios imobiliários, e ao mesmo tempo, assegurar novas receitas. Nessa sequência, o planejamento físico, da estruturação urbana, do parcelamento e do uso e a ocupação do solo, com estudos desenvolvidos por equipe multidisciplinar para elaboração do novo Plano Diretor, são ações primordiais. Nesta seara o georeferenciamento atualizado periodicamente para fornecer dados para o cadastro imobiliário da Prefeitura, e na obtenção de diagnósticos e legislação urbanístico-ambiental, é ferramenta indispensável.

As obras de infraestrutura, sobretudo de eixos direcionados a pontos estratégicos para a mobilidade urbana e de escoamento de bens e serviços são promovidas e coordenadas a partir de estudos, projetos e programas, em harmonia com as diretrizes de planejamento regional.

Componente intrínseco é o comportamento administrativo articulado interno e externo, composto de equipe técnica multisetorial para prover, buscar recursos e acompanhar a implantação das ações, com avaliação periódica das mesmas, no intuito da permanência e continuidade dos programas, concretizando-os efetivamente.

Também outra medida consequente é a criação de colegiados e consórcios intermunicipais que apesar de esbarrarem em entraves burocráticos e jurídicos quando há necessidade de captação de recursos são fundamentais. Como resultado, tem-se a inevitável integração política, econômica, social e cultural no espaço metropolitano. Das transformações em curso nos últimos 30 anos, cujos efeitos são percebidos na maioria dos entes componentes da Federação, remete diretamente a questão do desenvolvimento regional. Destas, vale destacar: a) a abertura para o mercado externo; b) o processo de privatizações; c) e, em especial, as mudanças tecnológicas e a consequente reestruturação produtiva.

O acelerado processo de modernização tecnológica é resultado, dentre outros fatores, do esforço do governo federal e dos estaduais, concentrando suas ações no sistema acadêmico universitário e de pesquisa. De outro lado, as empresas criam sistemas institucionais e regionais de inovação. Esta modernização é óbvia mediante os resultados do aumento de

produtividade, mudanças na organização da produção e gerencial, daí emergindo a forte presença de indústrias de alta tecnologia.

Facilitar este processo de modernização tecnológica para a região de Aparecida de Goiânia é fomentar uma melhor base econômica, em especial da estrutura industrial e da oferta de serviços. Iniciativas ⁶ têm sido tomadas pelo governo municipal, sobretudo quanto a infraestrutura de conhecimento, refletidas pela rede acadêmico-universitária, das instituições públicas e privadas de pesquisa e na qualidade dos recursos humanos.

São medidas estruturais e seguramente proporcionam meios ao almejado desenvolvimento apesar da efetiva motivação de ordem política e, política partidária, com objetivos explícitos de conservação no poder. Ainda assim, esse posiciona-se com mais veemência sobre as demandas sociais e econômicas, e realiza uma série de estudos e ações visando implantar e aprofundar as mudanças, ou mesmo apenas apontar soluções.

De toda sorte, constata-se que no Município, ainda que de forma embrionária, a discussão do planejamento vem tomando vulto e amplia a visão dos problemas de âmbito setorial, suas potencialidades e a identificação das prioridades inseridas em seu contexto, possibilitando estabelecer coerência entre as diretrizes de política macroeconômica e de política setorial com as diretrizes de desenvolvimento regional.

A política de planejamento aplicado para o desenvolvimento do Município tem a percepção do papel da inovação no desenvolvimento econômico. Difusamente frente às carências da sua população, coexiste uma sociedade dominada pelo conhecimento, em que não há vantagens baseadas em recursos naturais, devendo ser criadas e construídas as vantagens baseadas, sobretudo, na capacidade de gerar conhecimento e inovação.

Analisando as ações até o momento empreendidas, constata-se que a política do planejamento da região reconhece que não conta com recursos naturais adequados, ou mesmo satisfatórios, e compreende que o sucesso dependerá de superar, dentre outros fatores, as barreiras dos custos, sobretudo do investimento produtivo e da aquisição do conhecimento tecnológico. Estas condições são mencionadas da seguinte forma:

O aumento do conteúdo de conhecimento científico e tecnológico nos bens e serviços traz um novo desafio para países, regiões, localidades, empresas ou sociedades, no sentido da capacitação científica e tecnológica ser condição para o sucesso produtivo e comercial. Além dos atributos que possui, o esforço de busca e a luta competitiva, centrada no processo inovativo, vão depender de duas dimensões: a) da capacidade empresarial em promover pesquisa e desenvolvimento, e identificar novos produtos ou processos que assegurem o sucesso econômico (produtivo e

⁶ Instalação das universidades pública e privada, respectivamente: 1º) Universidade Federal de Goiás – UFG; 2º) Universidade de Rio Verde – UniRV.

comercial) da empresa; e, b) da capacidade local de aprender, no sentido de se criar uma atmosfera de transformação e progresso para o aprendizado regional e coletivo. (DINIZ, 2005, p. 246)

Assim, dentre as medidas previstas pelo Plano de Diretrizes e Metas adotadas pela política local do atual governo que apontam para a criação dessa base inovadora, podem ser citadas:

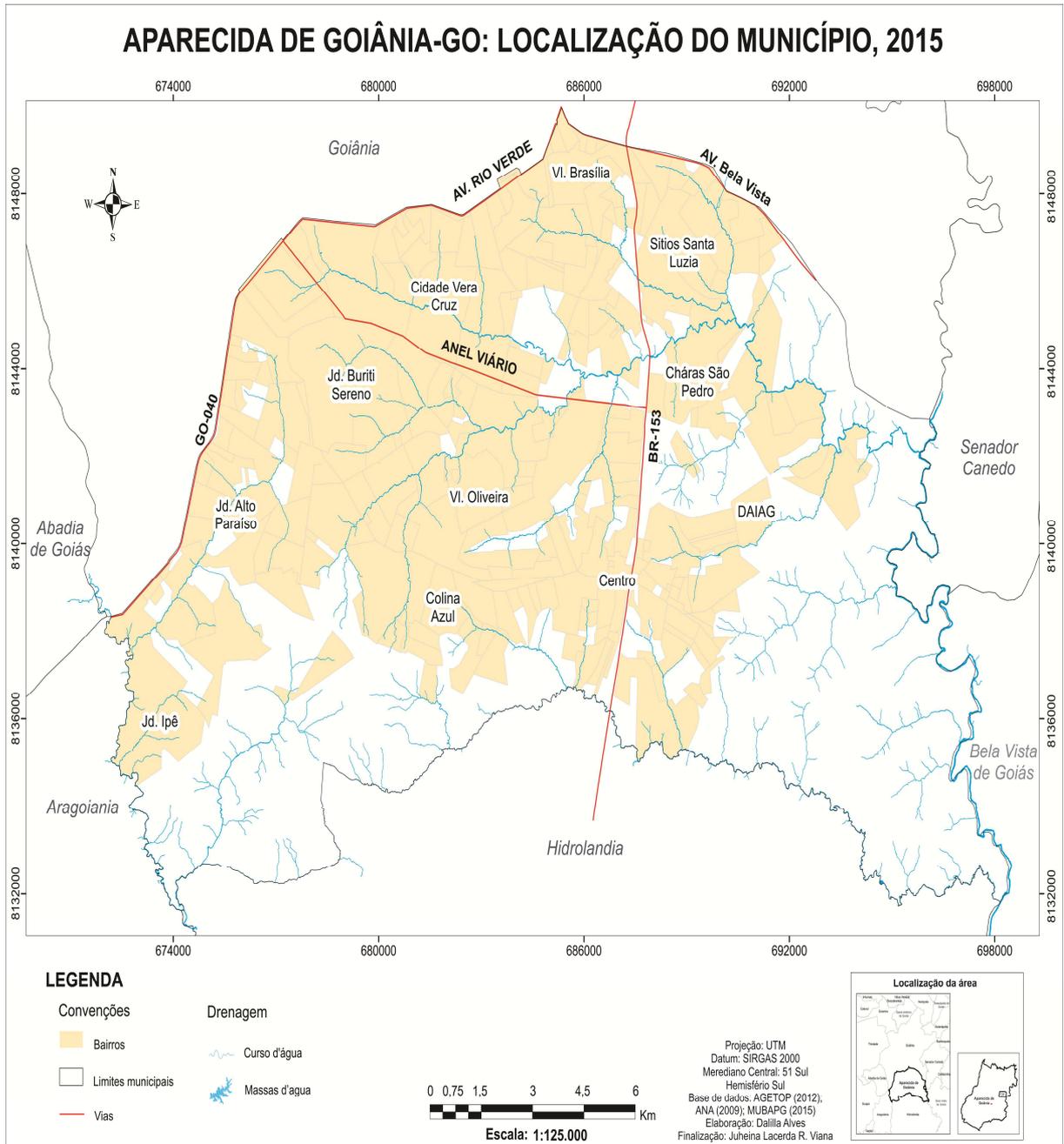
- a) a construção de eixos estruturantes, interligando o Município, e o intra relacionando à Região Metropolitana;
- b) a ampliação da malha viária criando condições de mobilidade de grande porte;
- c) a construção de aeroporto empresarial;
- d) o incentivo e a participação efetiva, criando os meios e dando suporte ao cidadão para a sua inclusão em programas habitacionais;
- e) o aprimoramento do esquema de integração empresa-escola, através de sistema de oferta e demanda por emprego organizado e eficiente;
- f) a instalação de universidade pública e privada, com cursos técnicos profissionalizantes inicialmente, e a seguir de cursos superiores;
- g) a viabilização e flexibilização de instrumentos de controle fiscal tornando o Município uma região atrativa para a instalação de empresas de grande e médio porte;
- h) suporte ao cidadão para desenvolver atividades de pequeno porte em situação regular, proporcionando o acesso ao crédito, a programas previdenciários e sociais.

Forma assim, a estrutura mínima necessária, e articula os centros de ensino e pesquisa com as relações das indústrias e serviços, promovendo o acesso, e oferecendo a base educacional, o que em breve incentivará a criação de parque tecnológico como forma de crescimento diferenciado e inovador.

Após o referencial histórico e a explanação de algumas ações da política local, o fato é que a adequada gestão de Aparecida de Goiânia basicamente deve ter por meta: planejamento, controle e ações desenvolvimentistas integradas com o potencial da região e o retorno em benefícios à coletividade. Processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadas. Essas ações devem ser identificadas de modo a permitir que sejam executadas de forma adequada, considerando aspectos como o prazo, custos, qualidade, segurança, desempenho, entre outras. Um planejamento adequado permite: um controle efetivo, a coordenação das interfaces das

ações municipais, resolução antecipada de problemas e conflitos, atingir grau mais elevado de acerto nas tomadas de decisões.

Oportunamente, o Mapa 2 – Aparecida de Goiânia destaca os limites com os Municípios vizinhos, suas principais vias e seus bairros.



Mapa 2 - Aparecida de Goiânia: Localização do Município, 2015.

Capítulo 3. Aspectos econômicos, fiscais e estruturais que apontam o crescimento de Aparecida de Goiânia

3.1 Indicadores econômicos e fiscais

Focando e visando cumprir o seu objeto, foi promovida a identificação e comprovação do crescimento econômico de Aparecida de Goiânia, adotando-se a metodologia da análise de indicadores econômicos e fiscais que ajudam construir a visão do atual estágio, fornecendo suporte mínimo de informações do conjunto de iniciativas voltadas para a ativação dos diversos potenciais de desenvolvimento, permitindo conhecer o conjunto dos critérios priorizados e a estruturação de uma referência para outras políticas, e até a seleção de uma e outras prioridades para intervenção.

Adotando por método o estudo da dinâmica econômica recente, e com o intuito de identificar o crescimento verificado, por intermédio do levantamento atualizado de indicadores econômicos e fiscais junto à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás e a Secretaria da Fazenda do Município, o que proporciona análise acurada e específica, oferecendo horizontes de interpretação diversificados.

Estimar e analisar o desempenho de uma realidade significa trabalhar os indicadores que permitem o acompanhamento da evolução conjuntural desse evento e seus principais componentes, abrangendo um conjunto de aspectos e fornecer conclusões suficientes. Com referência a Aparecida de Goiânia, visando identificar o crescimento, os dados foram obtidos em sua maioria junto à Prefeitura, fornecidos pela Secretaria da Fazenda.

A Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás - SEGPLAN, o Indicador do Produto Interno Bruto Municipal permite avaliar o fluxo de produção nos 246 municípios goianos, segmentado pelos setores da agropecuária, indústria e serviços (com a partição da administração pública), com o valor adicionado total gerado por eles, os impostos medidos indiretamente, e o PIB *per capita*. Na Tabela 2 a distribuição do PIB dos Municípios, destaca-se os cinco municípios com maiores contribuições para a geração de renda no ano de 2012. Dentre estes encontra-se Aparecida de Goiânia, que da quarta posição em 2002, com 3,81% da participação em relação ao PIB total de Goiás, assume a terceira posição em 2011, com a participação de 5,65, e mantém a mesma posição no ranking em 2012, porém já participando com 6,00% do total do PIB goiano.

TABELA 2 – Goiás: PIB municipal por classe, com destaque para os cinco maiores – 2012

Classes do PIB (R\$ mil)	Quantidade Municípios
de 11.070,26 a 50.000,00	77
de 50.000,01 a 200.000,00	86
de 200.000,01 a 1.000.000,00	64
de 1.000.000,01 a 5.000.000,00	14
de 5.000.000,00 a 30.131.329,77	5
Total Municípios	246

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.

Derivada da classificação por faixas da Tabela 2, a Tabela 3 oferece a classificação dos dez maiores municípios em relação ao PIB de Goiás em 2012: (1º) Goiânia, (2º) Anápolis, (3º) Aparecida de Goiânia, (4º) Rio Verde, (5º) Catalão.

TABELA 3 – Goiás: Os dez maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto – 2002/2011/2012

Ranking	2002			2011			2012		
	Município	%	(R\$ Mil)	Município	%	(R\$ Mil)	Município	%	(R\$ Mil)
1	Goiânia	27,07	10.127.289	Goiânia	24,87	27.674.005	Goiânia	24,31	30.131.330
2	Anápolis	5,75	2.151.293	Anápolis	10,89	12.119.688	Anápolis	9,43	11.690.888
3	Rio Verde	4,98	1.861.853	Aparecida de Goiânia	5,66	6.292.452	Aparecida de Goiânia	6,00	7.437.833
4	Aparecida de Goiânia	3,81	1.425.571	Rio Verde	4,97	5.525.442	Rio Verde	5,06	6.264.991
5	Catalão	3,40	1.270.520	Catalão	4,36	4.850.826	Catalão	4,42	5.482.621
6	Senador Canedo	3,20	1.197.065	Senador Canedo	3,34	3.720.369	Senador Canedo	3,19	3.952.232
7	Itumbiara	2,57	961.301	Itumbiara	2,31	2.575.611	Itumbiara	2,48	3.074.992
8	Jataí	2,55	954.144	Jataí	2,17	2.416.171	Jataí	2,28	2.820.879
9	Luziânia	2,21	826.512	Luziânia	1,90	2.113.998	Luziânia	1,96	2.423.079
10	São Simão	2,12	791.482	São Simão	1,31	1.455.555	São Simão	1,38	1.710.879
Total		57,64	21.567.030		61,78	67.774.115		60,51	74.989.723
Participação no Estado			57,60%			61,80%			60,50%
Estado de Goiás			37.415.997			111.268.553			123.926.301

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.

Os dez municípios mais bem posicionados em 2012, em termos de participação no PIB foram: Goiânia (24,3%), Anápolis (9,4%), Aparecida de Goiânia (6,0%), Rio Verde (5,1%), Catalão (4,4%), Senador Canedo (3,2%), Itumbiara (2,5%), Jataí (2,3%), Luziânia (2,0%) e São Simão (1,4%).

Notar que o único município que foi reposicionado no período de 2002 a 2012 foi Aparecida de Goiânia, não porque Rio Verde tenha decaído na sua participação em relação ao PIB total de Goiás, pois que apresentou índices de participação quase constantes, 4,98% (2002), 4,97 % (2011), 5,05% (2012). Mas porque apresentou melhores resultados, efetivamente maiores contribuições para a geração de renda num incremento intermunicipal, que o posicionou melhor, e que por si só colaborou e impulsionou o PIB goiano no seu total.

Do ponto de vista da região metropolitana, e utilizando os resultados dos indicadores divulgados pela SEGPLAN em 2012, conforme Tabela 3, o Município de Goiânia, capital do Estado, embora tenha a maior representatividade no total da economia goiana, percebe-se certa retração em termos percentuais no total desta participação, por conta de uma tendência de interiorização da atividade produtiva em Goiás. Goiânia apresentou participação de 24,3% em 2012, ante 24,9%, em 2011 e 27,1% em 2002. Na composição da estrutura produtiva municipal, a atividade de serviços é a de maior representatividade, seguida da atividade industrial, já a atividade de agropecuária tem baixa participação. A redução de participação desse município em nível estadual se deve à perda de participação dos setores da indústria e de serviços, respectivamente, devido ao movimento de crescimento dos demais municípios.

O município de Anápolis, importante polo industrial e de logística do Centro-Oeste brasileiro, conta com uma boa infraestrutura para escoamento de sua produção. Pelo município passam importantes rodovias e ferrovias, como: a BR-060/153 e um ramal da Ferrovia Centro-Atlântica, que liga a cidade ao Porto de Santos, além de ser o marco zero da Ferrovia Norte-Sul. Os setores econômicos de maior representatividade em âmbito municipal são o de serviços e da indústria. Em 2012 (vide Tabela 3), a participação estadual no PIB do município da capital, considerando o intervalo de 2002 até 2012, conquistou patamar significativo de 5,7% para 9,40%.

Aparecida de Goiânia, cidade de porte médio e limítrofe da capital, possui a segunda maior aglomeração urbana do Estado. Vem se consolidando como um dos pólos industriais mais dinâmicos de Goiás pelo alto dinamismo que vem ocorrendo em sua economia. O setor de serviços e da indústria são os mais representativos. Em 2012 (vide Tabela 3), foi verificado aumento de participação no PIB estadual, sendo notória a evolução de 2002 até 2012, de 3,80% para 6,00%. Vale destacar que nas três avaliações consecutivas que esse município ganha participação de destaque no PIB estadual.

Os demais municípios na lista dos dez maiores PIBs em 2012 foram (vide Tabela 4): Rio Verde, situado no Sudoeste Goiano, manteve praticamente a mesma participação: em 2002, era de 5,00%, e 5,10% em 2012; Catalão, localizado na região Sudeste Goiano, de

3,40% de 2002, para 4,40% em 2012; Senador Canedo, localizado na Região Metropolitana de Goiânia, com 3,20%; Itumbiara, no Sul Goiano, com 2,50%; Jataí, no Sudoeste Goiano, com 2,30%; Luziânia, no Entorno do Distrito Federal, com 2,00%; e São Simão, no Sudoeste Goiano, com 1,40%.

TABELA 4 – Goiás: Participação dos dez maiores e demais municípios em relação ao Produto Interno Bruto – 2002/2012 – (%)

Município	2002	2012
Goiânia	27,10	24,30
Anápolis	5,70	9,40
Aparecida de Goiânia	3,80	6,00
Rio Verde	5,00	5,10
Catalão	3,40	4,40
Senador Canedo	3,20	3,20
Itumbiara	2,60	2,50
Jataí	2,60	2,30
Luziânia	2,20	2,00
São Simão	2,10	1,40
Demais municípios	42,40	39,50
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.

Quanto a Aparecida de Goiânia, no setor de serviços e da indústria da construção civil, um dos indicadores que merece destaque é o aumento significativo dos imóveis edificadas, em curto espaço de tempo. É fato que o investimento em imóveis da região incrementou a indústria da construção civil significativamente, e gerou reflexos na oferta de empregos, ocupando a população do local.

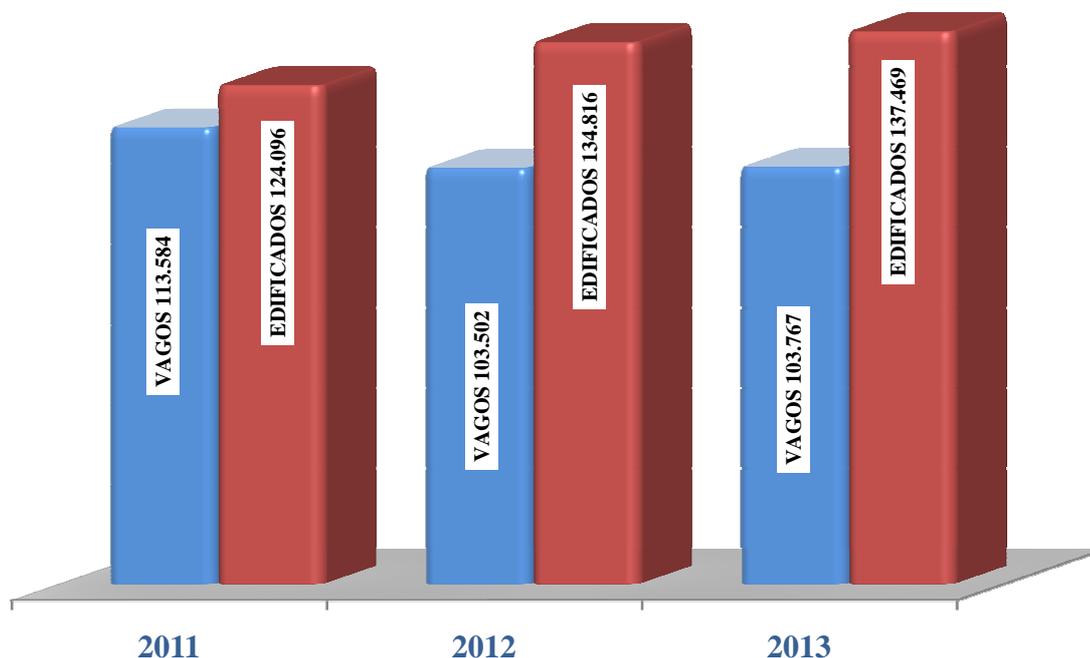
Obviamente este incremento não partiu exclusivamente da política local, ao contrário, constata-se a adaptação à tendência nacional, adequando seus instrumentos reguladores criando mecanismos facilitadores e atrativos de empreendimentos, e os respectivos investimentos externos. Alavanca incentivadora foi o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Lançado pelo governo federal em abril de 2009, tem o objetivo de permitir que milhares de famílias com renda de até dez salários mínimos tenham acesso a moradias próprias, além de geração de emprego e renda e do fortalecimento da política de inclusão social, e na expectativa de atender a composição do déficit habitacional. Os impactos econômicos do PMCMV não são objeto de avaliação deste trabalho, mas certamente

influenciam a taxa de crescimento do produto interno bruto e do emprego, tanto em nível regional, quanto nacional.

Prova disso é que o aumento dos imóveis edificadas em contrapartida aos não edificadas deu-se entre 2010 e 2013, conforme Gráfico 1. Ainda para os edificadas, há a tendência à verticalização das construções, cujo porte, amplitude e destinação, incorporam o ideal do crescimento que vem se consolidando ao longo dos anos.

Analisando o Gráfico 1 verifica-se que entre 2011 e 2013, em contrapartida à oferta dos imóveis vagos a demanda por edificações cresceu consideravelmente, indicando que os investimentos nesta área têm sido maciços e intensos. De setembro de 2011 a fevereiro de 2013, a quantidade de imóveis vagos de 113.584 diminuiu para 103.767, enquanto que as edificações para o mesmo período de tempo, de 124.096 passou a contar com 137.469 novos imóveis edificadas, ou seja, um acréscimo de aproximadamente 11%.

Gráfico 1 - Aparecida de Goiânia: Evolução Imóveis Edificadas e Não Edificadas - 2011 a 2013



Fonte: Prefeitura de Aparecida de Goiânia - Secretaria da Fazenda, Superintendência de Receitas Tributárias

Persistindo na análise, e considerando a Tabela 5, importa observar que, em 2011 estavam registrados no cadastro imobiliário do Município, 124.096 imóveis construídos, já em 2013, surgem 137.469 imóveis edificadas, um aumento de 13.373 unidades. Em

contrapartida observa-se que de 113.584 imóveis vagos existentes no início do período considerado, registrou-se 103.767 imóveis, ou seja, uma redução de 9.817 dos imóveis vagos. Isto equivale dizer que, além da intensificação das construções, verifica-se o crescimento por empreendimentos verticais, com o desmembramento dos imóveis vagos, em unidades habitacionais independentes, porém conjuntas, que para o período resultou no aumento de 3.556 imóveis.

TABELA 5 – Aparecida de Goiânia: Novas Edificações– 2010 a 2013

Ano	Edificações (Unidade)	Aumento no período
2010 – 2011	9.825	7,92%
2011 – 2012	895	0,67%
2012 – 2013	2.653	1,97%
Resultado do período	13.373	10,78%

Fonte: PMAG – Secretaria da Fazenda, Superintendência de Receitas Tributárias

Estabelecendo uma relação entre os imóveis não edificados e os edificados, para o período de 2011 a 2013, constata-se a tendência contínua pelos investimentos em edificações para a região, com o acréscimo em curto período de tempo de pouco mais de 32% (vide Tabela 6).

TABELA 6 – Aparecida de Goiânia: Imóveis Vagos e Edificados - 2011 a 2013

Ano	Vagos x Edificados (unidade)	Aumento no período
2011	10.512	9,25%
2012	31.314	30,25%
2013	33.702	32,48%

Fonte: PMAG – Secretaria da Fazenda, Superintendência de Receitas Tributárias.

A despeito da discussão das vantagens ou desvantagens da autonomia dada aos municípios brasileiros pela Constituição Federal de 1988, a realidade é que obrigou aos municípios a buscar por meios próprios, ainda que articulados com a política nacional, sua autonomia financeira, como meio para alcançar a almejada autonomia e independência administrativa. Ao favorecer a descentralização administrativa e financeira, dando a estes a oportunidade de resolver as questões locais de forma mais democrática, por outro lado, fez com que os municípios assumissem a responsabilidade quanto à oferta de serviços públicos, e

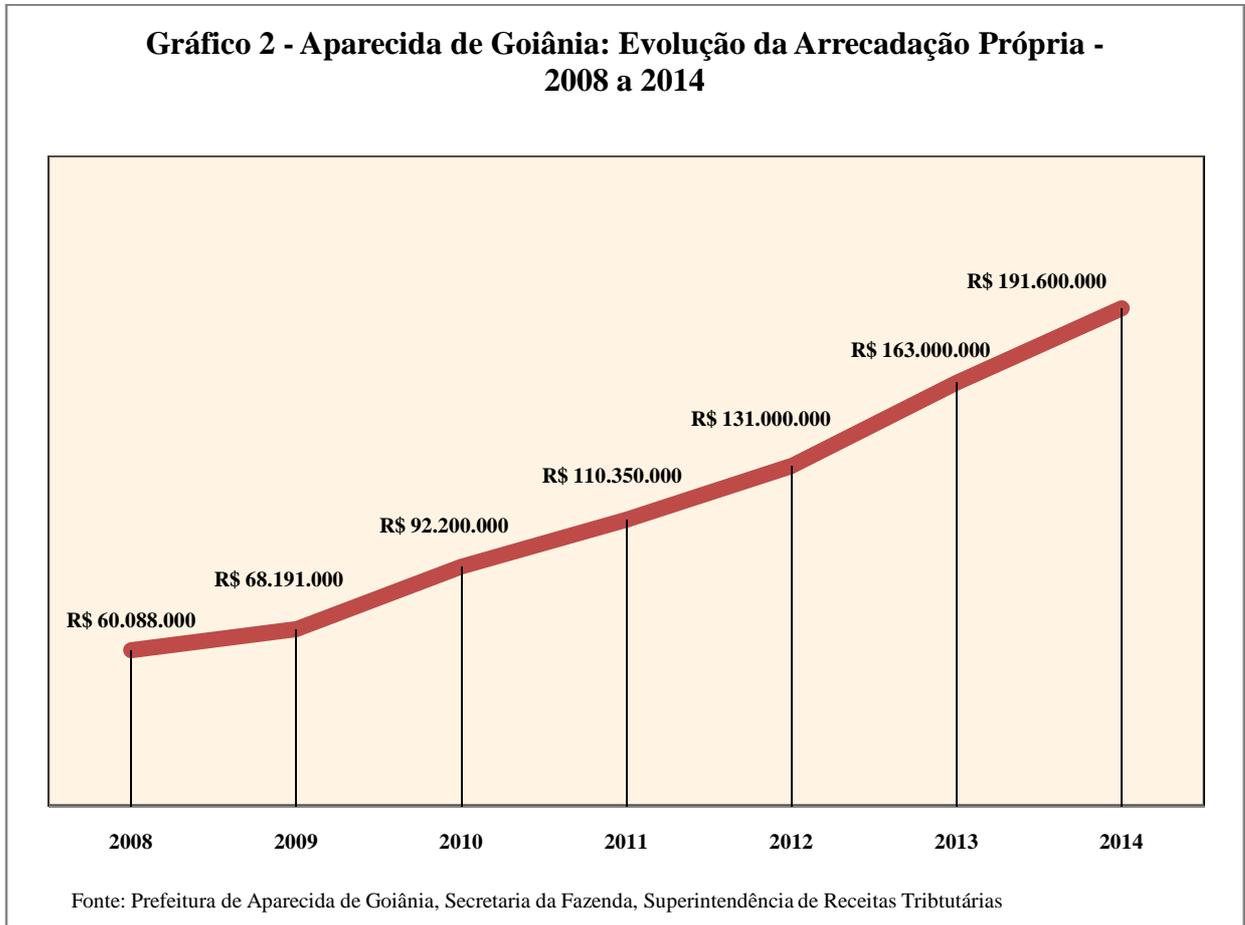
que antes não faziam parte de suas competências, ao tempo em que gerou maior demanda por infraestrutura e melhor qualidade destes serviços.

De acordo com o último Censo Demográfico – 2010 do IBGE a população brasileira alcançou a casa dos 190.732.694 habitantes, dos quais 84,35% vivem em áreas urbanas. Essa forte tendência à concentração populacional urbana está diretamente associada à concentração espacial das atividades econômicas em centros urbanos. Evidencia-se assim, uma acentuada vinculação das questões urbanas aos desafios que se impõem às políticas regionais. As atividades econômicas dinamizam áreas que apresentam melhores condições de atração locacional, dadas pela existência de infraestrutura, oferta de serviços, acesso a mercados, recursos humanos qualificados e qualidade de vida (DOCUMENTO DE REFERÊNCIA, 1º CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2012, p. 73).

Milhões de pessoas morando em cidades e dentre as principais dificuldades que os gestores municipais têm, é fazer com que a receita própria municipal seja bastante, para realizar em suas cidades investimentos em infraestrutura e serviços públicos, como, saneamento, habitação, saúde, educação, transporte, meio ambiente, dentre outros. Para isto não basta ampliar a receita própria municipal através do aumento de tributos sobrecarregando o contribuinte, o cidadão. É fundamental que as políticas públicas criem instrumentos equânimes, distribuindo a fonte dos seus recursos próprios na proporcionalidade da capacidade contributiva de cada qual. Esta ampliação da receita do município está atrelada, e resguarda lastros com a participação efetiva do cidadão no seu desenvolvimento, contribuindo para a garantia da função social da cidade.

Visando sua autonomia, o Município está coordenando as ações desenvolvimentistas, e também vislumbra o retorno dos seus esforços, ao tempo em que comprova que os investimentos, públicos e privados, proporcionaram ao longo dos últimos anos, o resultado positivo da sua arrecadação própria. Os resultados fiscais oferecem conclusões que indicam o crescimento do Município. Em 2008 a arrecadação própria (vide Gráfico 2), considerando todos os tributos (impostos, taxas e contribuições) somavam R\$ 60.088.000,00, e analisando a trajetória ascendente, obteve crescimento significativo a partir de 2010, arrecadando R\$ 92.200.000,00, e praticamente dobrando sua arrecadação já em 2011, com R\$ 110.350.000,00, o que equivale a um aumento percentual de 83,65%. De 2011 a 2014, aumentou sua arrecadação própria em mais R\$ 81.250.000,00, o que equivale dizer que praticamente também no intervalo de 3 anos, aumentou a arrecadação em 73,63%. Tal desempenho da arrecadação, oriunda das receitas dos tributos no local, permite concluir e reflete o incremento da capacidade contributiva da população, revelando sua melhoria na sua

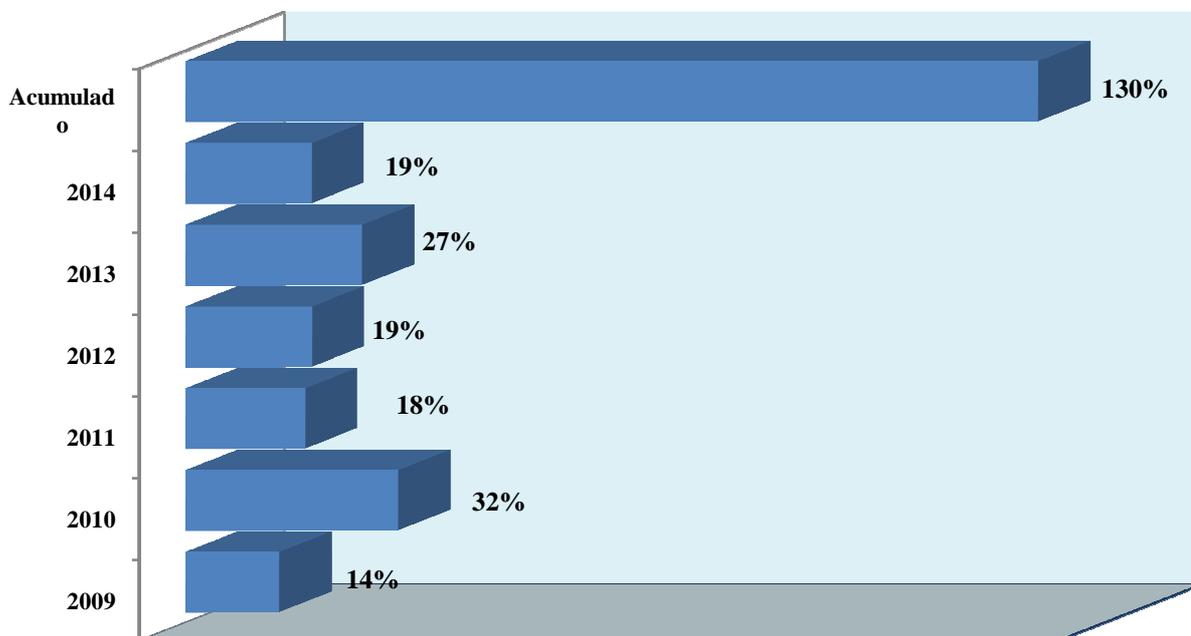
renda, e indicando que a região é local de crescimento econômico em curto intervalo de tempo, observando neste aspecto que a análise dos dados tem periodicidade anual.



Consolidando os resultados financeiros da arrecadação da sua receita própria, além do desempenho favorável e significativo, é aspecto relevante de análise, para o intervalo de tempo de ano para ano, que do ponto de vista fiscal, é nomeado como sendo exercício fiscal. Para o Gráfico 3, notar que: de um exercício para outro, embora um tenha apresentado certa retração entre um exercício e outro, por exemplo, no exercício de 2010 aumentou 32% em relação ao exercício de 2009. Em relação ao exercício de 2011, houve incremento, porém em percentual menor, 18%.

Ainda assim a trajetória ascendente é contínua de um exercício para o seguinte como atestado no Gráfico 3. Acumuladamente entre 2008 a 2014, demonstra aumento geral de 130%. De um exercício para outro, os anos em que verificou-se maior aumento da arrecadação própria foram 2010 e 2013, 32% e 27%, respectivamente.

Gráfico 3- Aparecida de Goiânia: Crescimento Percentual da Arrecadação Própria - 2009 a 2014



Fonte: Prefeitura de Aparecida de Goiânia, Secretaria da Fazenda, Superintendência de Receitas Tributárias

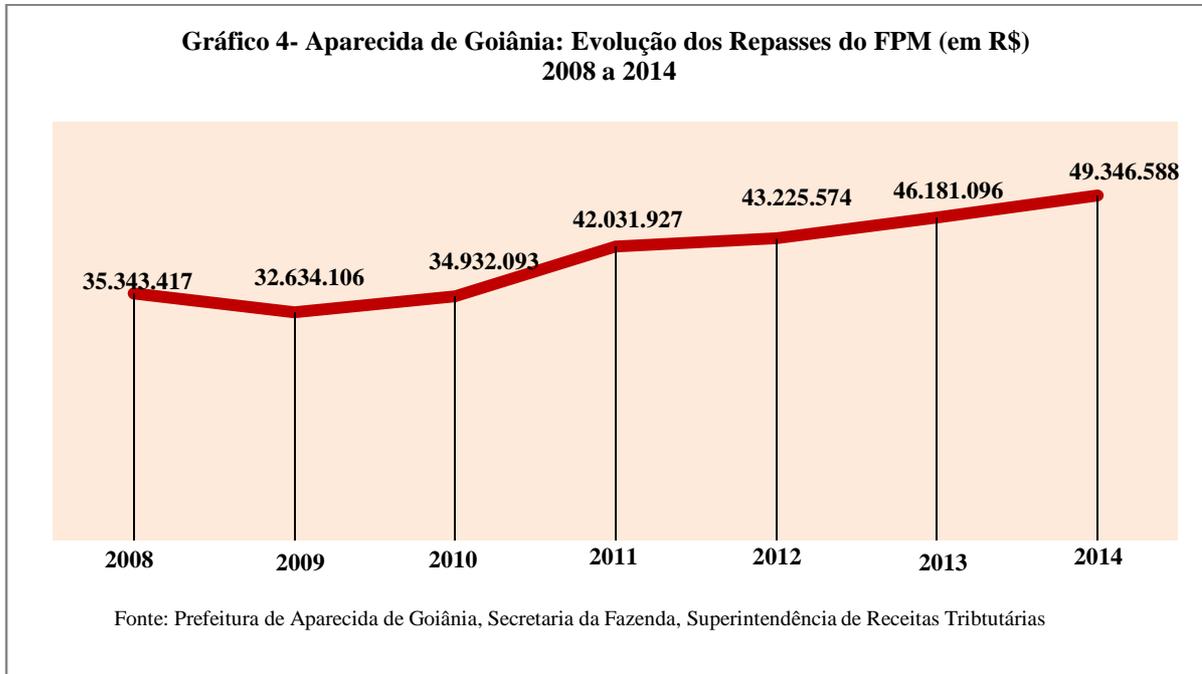
O Fundo de Participação dos Municípios – FPM³ é a parcela das receitas federais arrecadadas pela União que é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e Municípios.

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas na Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

No intervalo de tempo entre 2008 a 2014 para Aparecida de Goiânia no Gráfico 4, vislumbra-se que as transferências também tiveram performance ascendente, apesar da diminuição do repasse entre 2008 e 2010. Ainda assim, o aumento dos repasses tiveram média

³ Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional (2015).

anual de incremento, entre 2008 e 2011 de 18,92%, e entre 2011 e 2014, cresceu 17,40%, o que apesar de menos significativo, também apontam para o crescimento econômico do local.

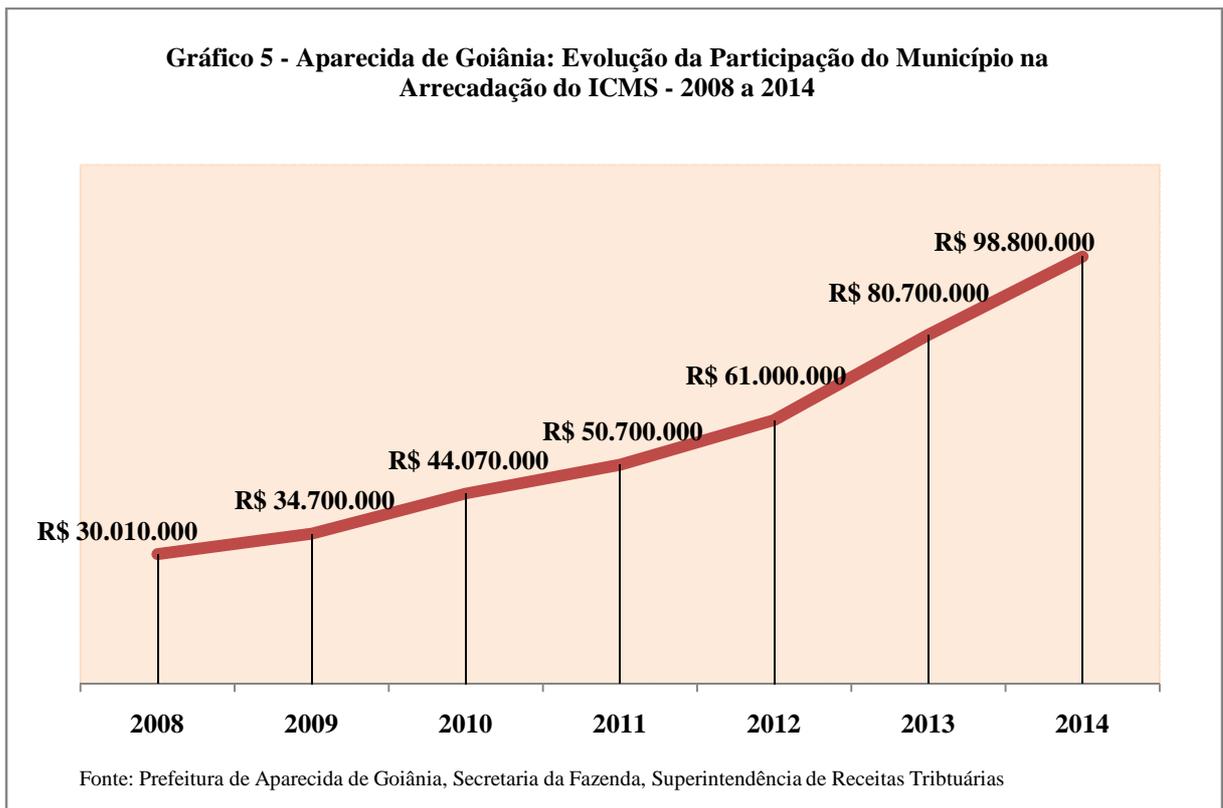


O ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação é o principal imposto de competência estadual, sendo que 25% da sua arrecadação retorna aos municípios conforme o índice de participação de cada qual. O índice de participação dos municípios – IPM no produto da arrecadação do ICMS é formado pelo somatório resultante:

- a) Do rateio de 15% em partes iguais entre todos os municípios do Estado; e
- b) Da participação do município no valor adicionado em relação ao valor adicionado do Estado, considerando-se a média dos dois últimos anos e peso equivalente a 85%.

O valor adicionado do município corresponderá à soma dos valores das mercadorias saídas, menos a soma dos valores das mercadorias entradas, acrescido ao resultado, quando nulo ou positivo, do valor das prestações de serviços, no seu território. O seu crescimento para um determinado município representa incremento na sua arrecadação própria, pois que parcelas da receita tributária do Estado serão maiores. Assim, e também como fonte indicadora do crescimento econômico de Aparecida de Goiânia é o aumento financeiro da transferência de receita estadual a seu favor, fruto do bom desempenho da sua participação na repartição do índice de 25% do ICMS.

Um crescimento de 2008 a 2014 de 133%, conforme se extrai do Gráfico 5. Em 2008 o Município participou com R\$ 30.010.000,00 da receita do ICMS, e em 2011 com R\$ 50.700.000,00, o que corresponde ao aumento de 68,94%, mantendo coerência com o aumento da sua receita própria (vide Gráfico 2), que para o mesmo período resultou em 83,65%. Entre 2011 e 2014, aumentou sua participação na receita total do ICMS, cota-parte dos municípios, em R\$ 48.100.000,00, o que equivale ao aumento no percentual de 94,87%, o que revela a continuidade do crescimento econômico, e é respaldado pelo Gráfico 2, que apresenta o incremento também das próprias receitas em 73,63%. Verifica-se que, o crescimento em termos percentuais, da arrecadação própria (vide Gráfico 2) e a arrecadação baseada na participação da receita do ICMS (vide Gráfico 5), tem índices acumulados de 2008 a 2014 de 157,28% e 163,81%, respectivamente, permitindo aferir que o crescimento econômico atingiu dois dos grandes setores da economia: o de serviços e o comércio.

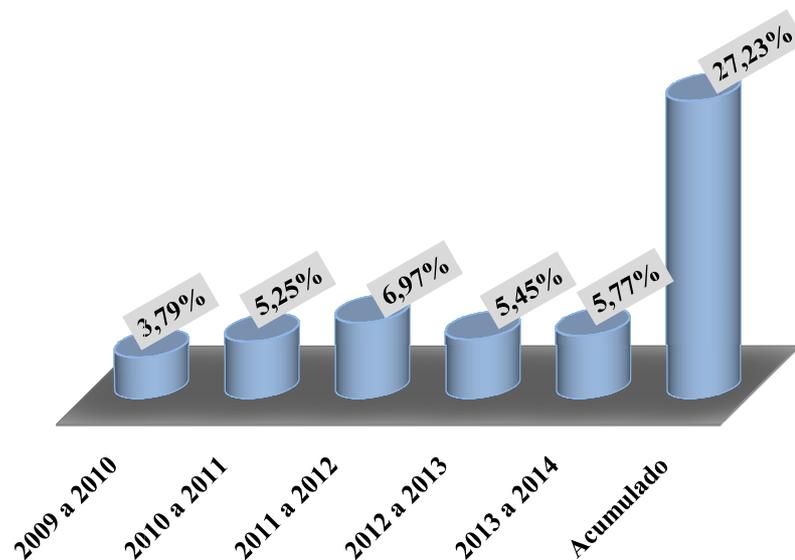


Importa destacar a perda resultante da reposição do poder aquisitivo da moeda acumulada no Município, obtida com base no IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo⁴. O IPCA é o índice adotado oficialmente pelo Município para fins de

⁴ Portarias SEFAZ nº 4, 22/12/2009; nº 3, de 15/12/2010; nº 3, de 30/11/2011; nº 6, 26/11/2012; nº 1, 10/12/2013.

acompanhamento da inflação para o local. Deve-se descontar dos percentuais do aumento da arrecadação mencionados, essa perda que acumulada entre 2009 a 2014 é de 27,23%, conforme informa o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Perdas com a inflação no Município - 2009 a 2014



Fonte: Prefeitura de Aparecida de Goiânia, Secretaria da Fazenda, Superintendência de Receitas Tributárias

3.2 Ramo de atividades empresariais que predominam

A atividade empresarial é um dos mais importantes elementos na promoção do desenvolvimento econômico no mundo contemporâneo. Gera empregos, recolhe tributos participa com pesquisas científicas, promove a criação e a circulação de riquezas, dentre outros aspectos. É o exercício da atividade empresarial que confere condições de vida mais dignas e a promoção de melhorias sociais. Para possibilitar o desempenho adequado do exercício da atividade empresarial, é necessário que o Estado atue coibindo eventuais abusos e promovendo os necessários incentivos ao desenvolvimento das atividades. Precisa retirar obstáculos indevidos e fomentar o florescimento da economia de mercado. Nesse sentido as barreiras burocráticas para a realização de negócios no Brasil precisam ser superadas, e parece ser esta também uma prerrogativa em Aparecida de Goiânia. A título de exemplo, o Município tem adotado sistema integrado que permite a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário. Essa integração alcança os municípios e todos os processos dos órgãos e entidades

responsáveis pelo registro, inscrição, alteração e baixa das empresas, por meio de uma única entrada de dados e de documentos, acessada eletronicamente.

O grande benefício da expansão do ramo da prestação de serviços é a ocupação proporcionada à população apta ao trabalho no local, pois está presente de forma cada vez mais significativa na vida econômica social e no entretenimento das pessoas. O setor desempenha papel líder da nova onda de expansão econômica e tornou-se peça fundamental no processo de crescimento global. As implicações da mudança de uma economia suportada pela produção industrial para uma economia baseada na prestação de serviços têm sido inclusive objeto de estudo em todo o país, e uma das fontes de informações preciosas é o IBGE. Mensalmente divulga pesquisa de serviços, com estatísticas e informações específicas, norteadoras de estudos e até mesmo de decisões, sejam de cunho político quanto empresarial.

A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE distribui a prestação dos serviços em: prestados às famílias; de informação e comunicação; profissionais, administrativos e complementares; transportes e auxiliares e correio, e outros. O Quadro 1 descreve e distribui essa qualificação por categoria.

QUADRO 1 – BRASIL: GRUPO DE ATIVIDADES DE SERVIÇOS

Serviços prestados às famílias
- Serviços de alojamento e alimentação - Outros serviços prestados às famílias
Serviços de informação e comunicação
- Serviços de tecnologia da informação e comunicação – TIC - Serviços audiovisuais, de edição de agência de notícias
Serviços profissionais, administrativos e complementares
- Serviços técnico-profissionais - Serviços administrativos e complementares
Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio
- Transporte terrestre - Transporte aquaviário - Transporte aéreo - Armazenagem, serviços auxiliares dos transportes e correio
Outros serviços

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, 2014.

Segundo o IBGE, no ano de 2014, o setor de serviços acumulou um crescimento nominal de 6,0% (vide Tabela 7). Os serviços prestados às famílias (vide Tabela 7) apresentaram crescimento da receita nominal de 9,2%, os serviços de comunicação e

informação de 3,4%, os serviços profissionais, administrativos e complementares, 8,5%, transportes e auxiliares, de 6,4% e outros serviços, de 6,8%.

TABELA 7– BRASIL: Indicadores de receita nominal do setor de serviços, por grupo de atividades - 2014

GRUPO DE ATIVIDADES	TAXA DE VARIAÇÃO (%)
BRASIL	6,0
Serviços prestados às famílias	9,2
- Serviços de alojamento e alimentação	9,5
- outros serviços prestados às famílias	7,1
Serviços de informação e comunicação	3,4
- Serviços de tecnologia da informação e comunicação – TIC	2,9
- Serviços audiovisuais, de edição de agência de notícias	6,3
Serviços profissionais, administrativos e complementares	8,5
- Serviços técnico-profissionais	6,5
- Serviços administrativos e complementares	9,3
Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio	6,4
- Transporte terrestre	4,7
- Transporte aquaviário	11,8
- Transporte aéreo	8,7
- Armazenagem, serviços auxiliares dos transportes e correio	7,8
Outros serviços	6,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Imprescindível observar os resultados do PIB estadual de 2012, divulgados em 2014 pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás – SEGPLAN, Tabela 8. No ano de 2012, a atividade de serviços em Goiás apresentou crescimento de 5,5% em volume. Na Tabela 8 é apresentada a relação dos dez maiores municípios do valor adicionado (VA) de serviços do estado, no ano de 2012. A relação dos municípios permaneceu inalterada, porém houve troca de posições entre eles. Os municípios de Aparecida de Goiânia e Jataí ultrapassaram Anápolis e Luziânia, passando para a segunda e oitava colocações, respectivamente.

TABELA 8 – Goiás: Os dez maiores municípios em relação ao VA Serviços – 2002/2011/2012

Ranking	2002			2011			2012		
	Município	%	(R\$ Mil)	Município	%	(R\$ Mil)	Município	%	(R\$ Mil)
1	Goiânia	35,77	6.799.113	Goiânia	32,82	19.170.464	Goiânia	32,41	21.177.363
2	Anápolis	5,88	1.117.401	Anápolis	7,27	4.245.493	Aparecida de Goiânia	7,46	4.877.364
3	Senador Canedo	4,65	883.328	Aparecida de Goiânia	6,97	4.069.435	Anápolis	7,10	4.640.295
4	Aparecida de Goiânia	4,56	866.056	Senador Canedo	4,57	2.670.631	Senador Canedo	4,32	2.825.779
5	Rio Verde	3,76	715.134	Rio Verde	4,10	2.397.593	Rio Verde	4,12	2.691.531
6	Catalão	3,01	571.601	Catalão	3,11	1.814.959	Catalão	3,08	2.010.543
7	Itumbiara	2,32	440.758	Itumbiara	2,38	1.393.228	Itumbiara	2,31	1.511.568
8	Luziânia	1,98	376.295	Luziânia	1,89	1.104.733	Jataí	1,86	1.215.638
9	Jataí	1,94	368.895	Jataí	1,81	1.055.098	Luziânia	1,85	1.207.870
10	Valparaíso de Goiás	1,12	212.744	Valparaíso de Goiás	1,51	882.337	Valparaíso de Goiás	1,46	957.143
Total		64,98	12.351.325		66,42	38.804.011		65,97	43.115.094
Participação no Estado			65,00%			66,40%			66,00%
Estado de Goiás			19.009.156			58.417.963			65.351.046

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.

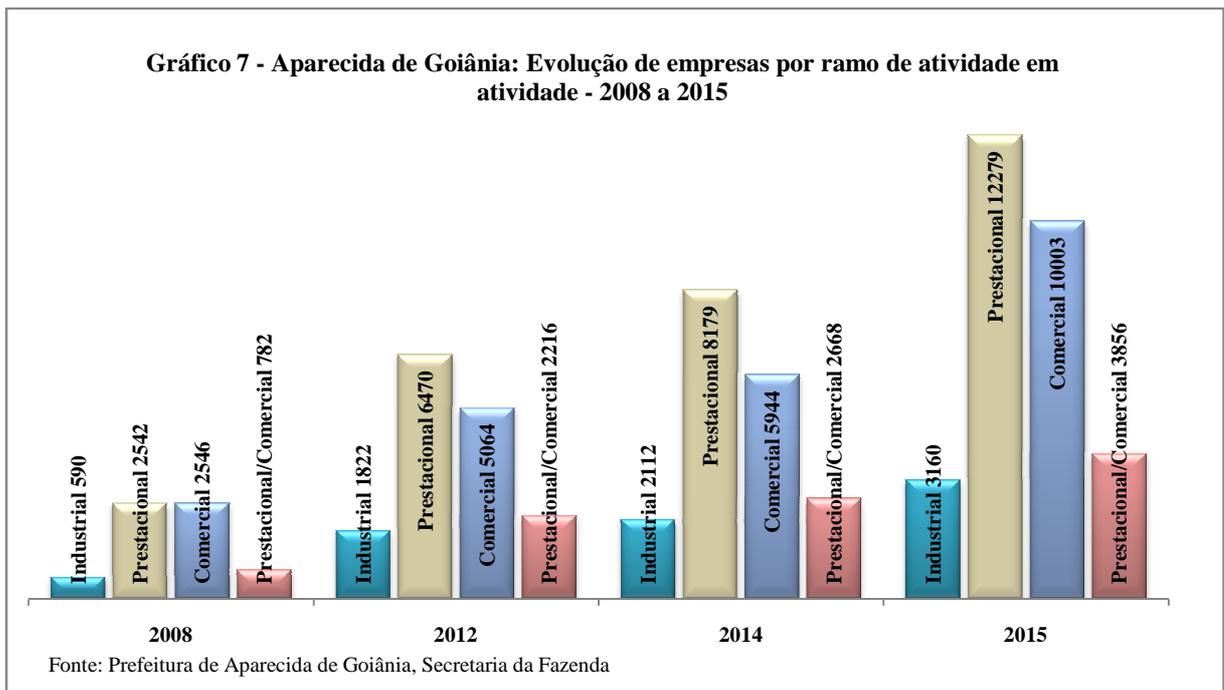
Entre os dez maiores do setor de serviços, eles concentraram 66,0% do VA desse segmento (vide Tabela 8). O município de Goiânia ocupou a primeira colocação, participou com 32,4% do VA estadual, em 2012. O setor de serviços em Goiânia é o que apresenta maior participação em nível estadual, como exemplo, as atividades de alojamento e alimentação, comércio, saúde e educação mercantil e serviços financeiros, se destacam como polos de referência em atendimento à demanda da população do Estado e de outras localidades do país.

Em segundo lugar Aparecida de Goiânia, com participação de 7,5% do VA estadual (vide Tabela 8). O setor de serviços representa 76,9% na economia do município. A sua participação em relação ao VA estadual está relacionado ao reflexo do aumento nas atividades do comércio, tanto do ramo varejista quanto do atacadista, de transportes, intermediação financeira, administração, saúde e educação públicas e de serviços prestados às empresas. Importa observar que por intermédio deste indicador, verifica-se que de 2002 a 2011 Aparecida de Goiânia passou da quarta, para a terceira colocação, e em 2012, curto espaço de tempo, conquistou o segundo lugar, sendo necessário concluir mais uma vez no sentido do crescimento econômico, significando pelos resultados obtidos, melhor desempenho nas ações para o desenvolvimento da região.

Anápolis na terceira colocação, com 7,1% do VA estadual. Em quarto lugar Senador Canedo, município que participou com 4,3% do setor de serviços estadual.

Os demais municípios com representatividade no setor de serviços foram: Rio Verde, manteve a participação de 4,1% no VA estadual em 2012; Catalão (3,1%), Itumbiara (2,3%), Jataí (1,9%), Luziânia (1,8%), e Valparaíso de Goiás (1,5%).

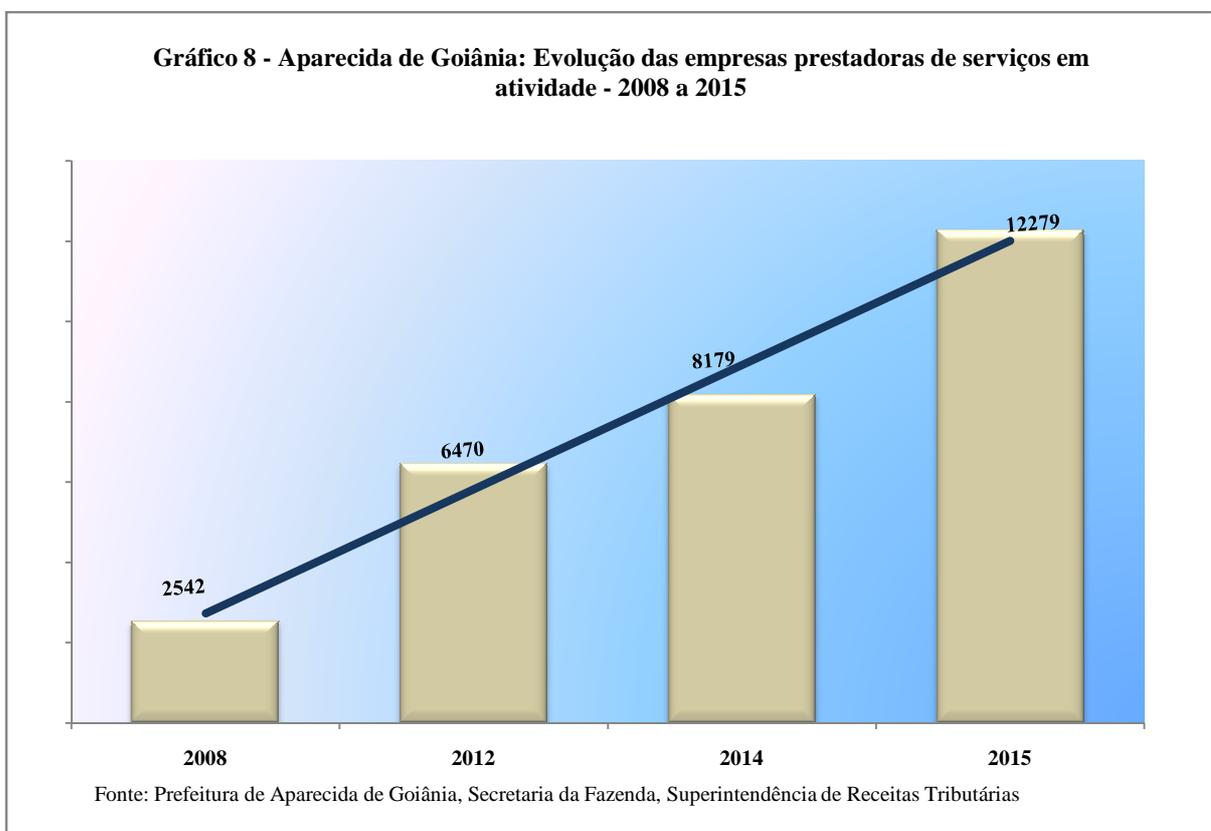
O caminho trilhado para a desburocratização, dentre outros aspectos regulamentares, fiscais, e também seus incentivos, é que o quantitativo de empresas que vem se estabelecendo é contínuo e ascendente para todos os ramos de atividades no curto período de tempo de 2008 a 2015. O Gráfico 7 informa essas quantidades de empresas. As indústrias em 2008 contavam com 590 unidades, e já no início de 2015, têm 3.160 unidades, o que equivale ao aumento de 535% em instalações de indústrias. Como reflexo do aumento da receita oriunda da participação do município no ICMS, justifica-se também quando se constata que de 2.546 empresas em 2008 puramente comerciais, iniciando o ano de 2015 com 3.856 empresas registradas, donde verifica-se o aumento de aproximadamente 52%.



Observa-se no Gráfico 7, que o ramo das atividades que mais cresceu em termos quantitativos foi o de prestação de serviços, tendência essa de âmbito nacional, mundial até. Uma característica essencial e distintiva da sociedade pós-industrial é a ênfase dada à prestação de serviços, que está presente de forma cada vez mais significativa na vida econômica social e no entretenimento das pessoas. O setor de prestação de serviços desempenha o papel de um dos líderes da nova onda de expansão econômica e tornou-se peça fundamental no processo de crescimento global.

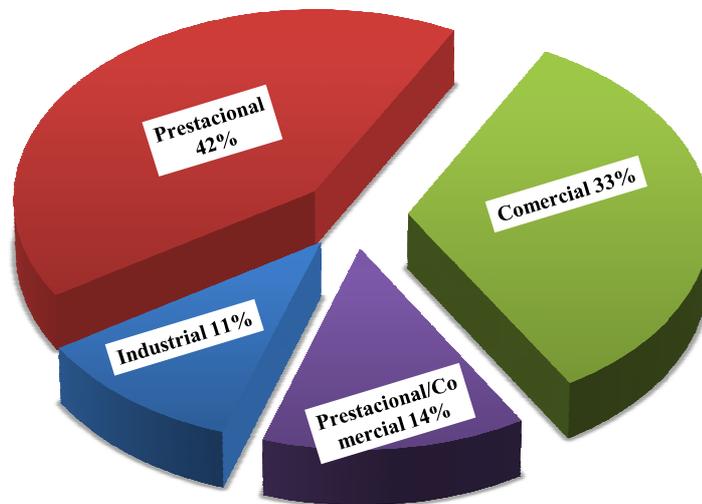
Essa atividade econômica proporciona, atualmente, ocupação para uma parcela cada vez maior da população mundial. Com isso, a estrutura industrial da sociedade vem mudando aceleradamente nas últimas décadas.

Acompanhando a tendência nacional e regional, e alterando a análise temporal de mensal para anual, nos termos do Gráfico 8, a evolução quantitativa das empresas ativas prestadoras de serviços instaladas em Aparecida de Goiânia em 2008 eram 2.542 unidades, em 2012, passou para 6.470 unidades, em 2014, contava com 8.179 empresas, e inicia o ano de 2015 com 12.279 empresas em funcionamento.



Sobre outro prisma, pode-se concluir que das empresas instaladas no município, 42% são do ramo de prestação de serviços (Gráfico 9), o que expressa a concretização deste ramo de atividade no local. Na sequência o segundo ramo de atividade é o comércio com a participação de 33%, no total. Vislumbra-se que apesar de todo o apoio e a estruturação de polos industriais, este é o ramo que detém a menor quantidade de empresas, significando 11% do total das atividades empresariais.

Gráfico 9 - Aparecida de Goiânia: Empresas por ramo de atividade - 2014



Fonte: Prefeitura de Aparecida de Goiânia, Secretaria da Fazenda, Superintendência de Receitas Tributárias

Ainda que incontestável o crescimento econômico, comprovado pelos indicadores abordados, o processo crescente da indústria e do setor de serviços alterou a composição do mercado de trabalho da região, incorporando o trabalhador, com dinâmica e lógica diferentes. Mesmo assim, é insuficiente para combater as desigualdades sociais do local e absorver toda a mão-de-obra que migrou para a região.

Prova disso extrai-se da Tabela 9, que em 2010 aponta a maioria, 76,63% do rendimento mensal das famílias, considerando os domicílios particulares permanentes dos trabalhadores, possuía remuneração de até 5 salários mínimos (SM), deste montante é expressivo que 4,01% não possuem nenhum tipo de rendimento. Do outro lado, aqueles que possuem remuneração de 5 até 10 SM equivalem a 17,38% do total, e na faixa de 10 a 20 SM, encontravam-se 4,48% dos domicílios e acima de 20 SM, estavam enquadrados 1,51% dos domicílios. É, portanto, de fácil percepção, que a despeito do crescimento econômico local, a concentração da renda é expressiva e questionável.

Essa mão-de-obra busca não apenas melhores oportunidades ou uma ocupação que lhe garanta a sobrevivência, mas crescer na mesma proporção com o local, cujos resultados satisfatórios são boa parte, fruto da sua força de trabalho, daí porque não justificar-se flagrante exclusão em razão de distribuição inadequada da renda.

TABELA 9 - Aparecida de Goiânia: Rendimento médio mensal dos domicílios particulares permanentes - 2010

Domicílios particulares	Rendimento/Salário Mínimo	Rendimento Médio Mensal (R\$)	% Rendimento Médio x Domicílios
5.460	sem rendimento	-	4,01%
1.270	até 1/2 SM*	380,41	0,93%
10.442	de 1/2 a 1 SM*	570,62	7,66%
27.565	de 1 a 2 SM*	1.014,43	20,22%
59.723	de 2 a 5 SM*	2.662,87	43,81%
23.698	de 5 a 10 SM*	5.706,15	17,38%
6.106	de 10 a 20 SM*	11.412,30	4,48%
2.056	acima de 20 SM*	15.216,40	1,51%
TOTAL = 136.320			100,00%

* SM - Salário Mínimo considerado = R\$ 760,82

Fonte: IBGE - Censo 2010

3.3 Parques industriais: DIMAG, DAIAG e o Polo Empresarial

A teoria dos polos de crescimento econômico de Perroux, Lima (2011), que reforma a visão de desenvolvimento econômico, como um processo que propaga através de impulsos sem equilíbrio entre as unidades produtivas, as regiões e os territórios. Os territórios, as cidades e as regiões são as evidências das mutações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas, e a polarização reflete a reestruturação dos espaços que conduzem a formação de adensamentos e vazios.

Os distritos industriais, os ambientes de inovação e os sistemas produtivos locais dão um suporte especial à acumulação do capital, principalmente quando eles não são próximos dos grandes centros, mas em áreas periféricas e que tem territórios ou regiões emergentes ou em transição (LIMA, 2011).

O desenvolvimento territorial significa aproveitar as oportunidades que o território oferece. Isso significa posicionar empresas, instituições e cidadãos para competirem em escala global, regional e local. Para as aglomerações de empresas, como estratégia de desenvolvimento territorial exige que as mesmas tenham condições de reagir rápido a mudanças, inovarem e cooperarem (LIMA, 2011). Mais que uma simples concentração de empresas e instituições, que numa visão mais ampla formam pólos, as mesmas devem estar em interação.

Para Dallabrida (2011), a noção original de distrito vem de Marshall, cujo conceito foi retomado no final da década de 1970, com análises sobre aglomerações de pequenas e

médias empresas de países da Europa Ocidental. Para este estudioso (DALLABRIDA, 2011), o distrito industrial constitui-se de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado território, no qual a indústria é a atividade econômica predominante. As indústrias não têm ramo de atuação diversificado, tanto que as empresas especializam-se em uma única, ou algumas fases dos processos produtivos de cada distrito.

Assim, para evitar que o Município torne-se foco de um, ou apenas alguns, ramos de da atividade econômica, é que as ações para a distribuição do espaço para a produção e as políticas aplicadas, atraem aos polos de crescimento, atividades empresariais diversificadas e de porte diferenciado, formando sistemas e arranjos locais de produção multifuncionais, porém, agindo de forma integrada e complementar. Essa variedade de ramos da atividade econômica permite que um setor em expansão em determinado momento, absorva e contribua para superar a crise em outro ramo, dentro da própria região, evitando que os investimentos e os recursos humanos migrem para outro local, que não pertença à região de Aparecida de Goiânia.

Polos de Desenvolvimento:

- DIMAG - Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia;
- DAIAG – Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
- PEGO – Polo Empresarial Goiás
- Parque Industrial José Alencar
- Polo Reciclagem
- Parque Tecnológico

Identificado usualmente por DIMAG, o Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia, deve ser primeiramente referenciado por tratar-se do primeiro polo, com a sua criação autorizada pela Lei Municipal de nº 1.258 de 1.993. Através da Lei 1.470 de 1.995 o município criou o distrito, localizado no Jardim Eldorado com uma área de mais de 580 mil metros quadrados e que poderia abrigar empresas dos ramos industrial, comercial e de prestação de serviços. Apesar de ter uma localização privilegiada, próxima à BR 153, conta com a desvantagem da sua proximidade, e mesmo ter por referência o Centro Penitenciário Estadual. Disso resulta que ainda não conta com nenhuma infraestrutura, sendo o distrito menos desenvolvido e o que mais sofre com problemas de regularização fundiária desde a sua constituição, o que desestimula empreendedores de médio e grande porte. Embora a sua lei de criação especificar que a sua finalidade é gerar empregos e investimentos de capitais, assegurando uma melhor arrecadação de tributos, buscando conter

os problemas sociais, não foi possível cumprir ainda este papel. Na busca de resgatar este projeto inicial, é que o Eixo Estruturante NS 01, será a mola propulsora deste distrito, que o interligará ao centro urbano, e através do qual conduzirá ao novo campus universitário e ao aeroporto empresarial.

O Polo Empresarial Goiás foi o segundo distrito lançado em Aparecida de Goiânia pela Lei Municipal nº 1.623, de 13 de junho de 1997 com área aproximada de 100 alqueires, e, em 2002, com a edição da Lei Municipal nº 2.264 agregou mais 51.000 m² para sua expansão. O Polo Empresarial conta com a melhor localização comparado aos outros distritos. Situado entre a BR 153, e margeado pelo Anel Viário, como também pela sua proximidade para com o centro da cidade, permitindo rápido acesso aos equipamentos urbanos, e fácil deslocamento para a mão de obra. Hoje conta com a maior quantidade de empresas, como também com as de maior porte. Foi novamente beneficiado com a construção do Eixo NS 03 que o interligou à outra extremidade da cidade, possibilitando acesso rápido a parte do seu mercado consumidor, bem como ao Parque Tecnológico, cujas inovações geradas seguramente o tornarão mais avançado e competitivo.

O Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia (DAIAG) é o distrito industrial dentro dos limites de Aparecida de Goiânia, mas de propriedade da companhia de distritos industriais do Estado de Goiás: GOIASINDUSTRIAL. Criado em 1998, em área de aproximadamente 60 alqueires o DAIAG tem espaço suficiente para abrigar 87 indústrias. O maior incentivo para a migração das empresas para o local consiste na doação da área para a instalação, o que propicia equiparar as vantagens competitivas dos municípios. Atualmente conta com 12 mil empregos diretos, e cerca de 30 mil indiretos, conforme informações da SEGPLAN. Conta também com a vantagem da construção pelo Governo do Estado de redes de água, esgoto e energia, além de pavimentação asfáltica.

Em 2004, o município declara de utilidade pública e desapropria duas áreas diferentes através da Lei nº 2.473 e cria o Parque Industrial Aparecida, com 36 alqueires e o Polo Municipal de Reciclagem, através da Lei nº 2.472. Lei municipal posterior alterou o nome do Parque Industrial Aparecida para Parque Industrial Vice Presidente José de Alencar em 2010. Estes distritos ainda não apresentam resultados a serem considerados, pois que apesar de criados não contam com infraestrutura, o que não promoveu o interesse para investimentos, e não dinamizou até o presente adequadamente seus potenciais. Apenas alguns empreendimentos e alguns centros de distribuição acreditaram no local, e apesar de haver oferecido relativa empregabilidade para a população local, não apresenta resultados significativos, ou mesmo quantificáveis.

3.4 Os eixos estruturantes norte-sul (NS)

Infraestrutura é condição intrínseca e direta. É caminho, meio, para o desenvolvimento regional, aspecto este consagrado pelos estudiosos:

Os investimentos em infraestrutura representam um instrumento direto e eficaz da política pública no combate às desigualdades regionais, por duas razões básicas. Em primeiro lugar porque existe uma elevada correlação entre o grau de desenvolvimento e as dotações de infraestrutura. Sua presença no espaço, conjugada com qualidade, são decisivas na orientação da localização dos investimentos privados e na estruturação de polos regionais e área de influência, determinando o campo de forças da configuração regional. Em segundo lugar porque, sendo empreendimentos em grande escala com retornos de longo prazo, investimentos em infraestrutura são, em geral, realizados direta ou indiretamente pelo Estado, mesmo que sua gestão e exploração, muitas das vezes, sejam feitas pela iniciativa privada aos moldes da parceria pública-privada (DOCUMENTO DE REFERÊNCIA, 1º CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2012, p. 68).

A infraestrutura, principalmente no transporte, logística, energia e telecomunicações, orientam e atraem investimentos produtivos privados, e sustenta o desenvolvimento das regiões. Priorizar estes segmentos eleva a competitividade sistêmica da economia regional, provendo efeitos multiplicadores e dinamizadores nos demais setores, induzindo outros investimentos, pois as empresas não contam apenas com os custos da produção, como também dependem substancialmente dos custos de transporte de insumos e matérias primas, bem como levar aos mercados consumidores seu produto final. Logicamente os custos dependem das boas condições das estradas, da logística e telecomunicações, o que aumenta a eficiência nos negócios.

Neste conjunto, a logística merece destaque, pois desempenha papel estratégico, daí porque o investimento em infraestrutura é fator condicionante e decisivo, portanto, prioridade no modelo global de desenvolvimento de toda região. Com recursos de financiamento internacional da CAF – Corporação Andina de Fomento / Banco de Desenvolvimento da América Latina, destinado à execução do Programa de Reestruturação Viária na Bacia do Ribeirão Santo Antônio para o Desenvolvimento Sustentável de Aparecida de Goiânia, o Município receberá três Eixos Estruturantes, que proporcionará mobilidade e segurança para as populações de Aparecida e da Região Metropolitana.

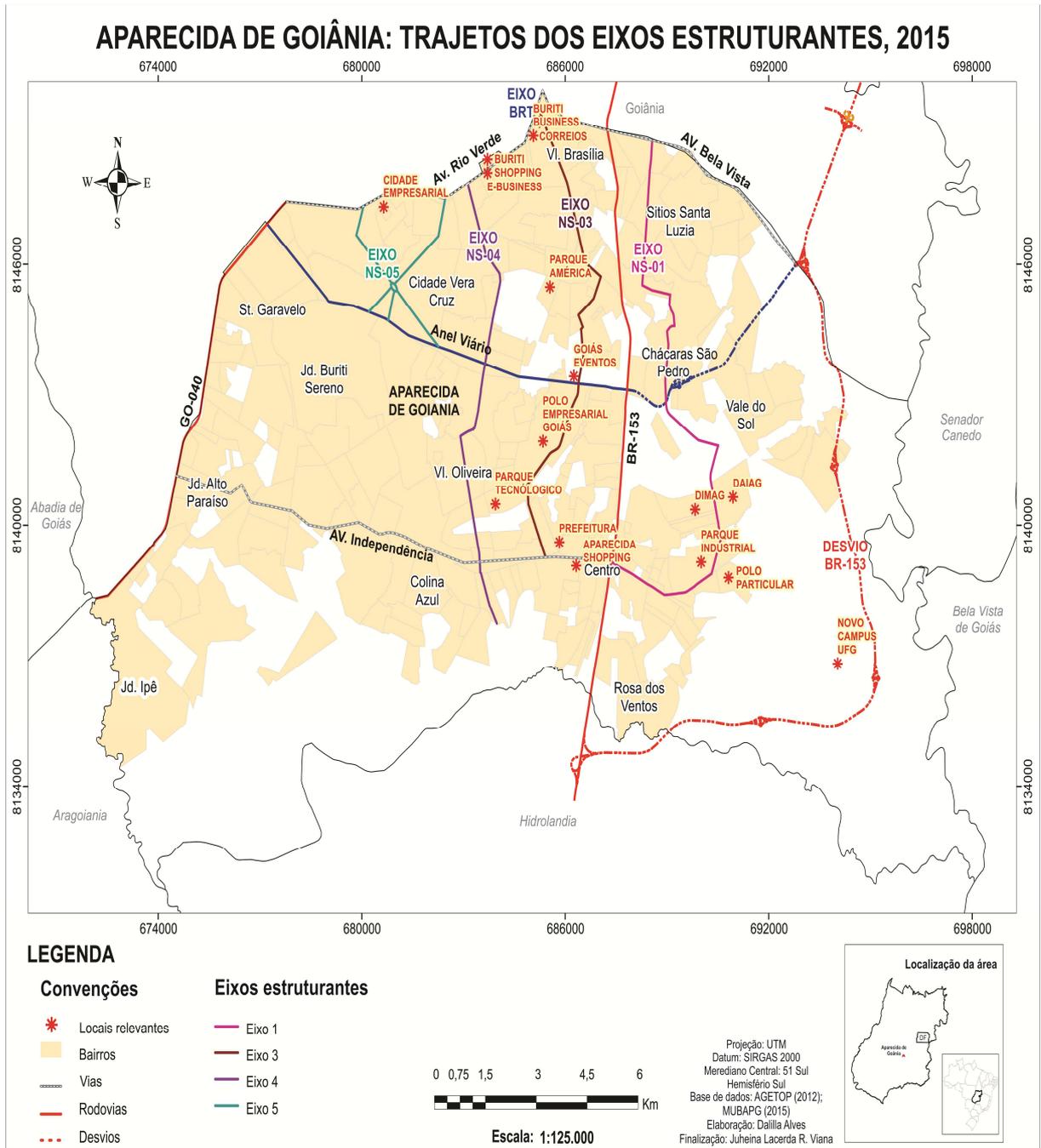
O Programa prevê a construção de três Eixos Estruturantes sentido Norte Sul (NS) (vide Mapa 3), com pavimentação asfáltica e implantação da rede de água e esgoto em

diversos bairros, como Vila Maria e Buriti Sereno. O primeiro Eixo, NS 03, com 1,12 Km de extensão, já realizado, passa pela Vila Maria e interliga o Pólo Empresarial Goiás à Avenida Rio Verde, na Vila Brasília. O Eixo NS 01, com extensão de 13,5 Km, ligará a Avenida Bela Vista (em seu início, na divisa com Goiânia) ao Bairro Recanto do Bosque. E o terceiro eixo, NS 05, interligará seis avenidas importantes à Avenida V-6, que corta bairros como o Cardoso e Mansões Paraíso.

Notar que os eixos têm orientação exclusivamente norte-sul observa-se a busca pela integração metropolitana e que consubstanciam verdadeiros corredores logísticos:

Corredores logísticos são eixos de desenvolvimento e integração e instrumentos de orientação do território. Por isso seu planejamento não comporta apenas objetivos logísticos *strictu sensu*, mas devem refletir estratégias de desenvolvimento regional e integração, considerando as necessidades e possibilidades de uma distribuição mais equilibrada da rede de cidades, de articulação intra e inter regional e de inserção das diversas porções do território na economia nacional e global (DOCUMENTO DE REFERÊNCIA, 1º CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2012, p. 69).

Todas estas obras têm como objetivo criar vias alternativas para o escoamento da produção e para a circulação da população dentro da região, e para com a região metropolitana em que se insere. O eixo NS-1, obra que beneficia a região leste da cidade. Com 13,5 km de extensão, o NS-1 liga o setor Santa Luzia, partindo da Avenida Bela Vista, até o complexo industrial da cidade, onde se localizam o Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia (DIMAG) e o Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia (DAIAG). O eixo NS-3, que ligará o centro de Aparecida de Goiânia à Avenida São Paulo, e, conseqüentemente, à capital, será a primeira conexão, rápida e direta entre as duas cidades, sem a necessidade de passar pela BR-153. Já o NS-5, o terceiro eixo estruturante, vai conectar cinco grandes avenidas da região oeste de Aparecida, ligando os bairros Hilda, Cidade Vera Cruz, Jardim Helvécia, Cardoso 1 e 2 por uma rotatória elíptica em torno do córrego Tamanduá. Toda essa nova malha viária estará ligada ao Anel Viário, dando maior fluidez ao trânsito. Simplificando a localização e a orientação destas obras, é interessante observar o Mapa 3.



Mapa 3 - Aparecida de Goiânia: Trajetos dos eixos estruturantes, 2015.

3.5 O embrião do Parque Tecnológico

Com a ampliação dos avanços tecnológicos de vários ramos do conhecimento, utilizados na produção industrial, constata-se o que convencionou-se chamar ‘a terceira revolução industrial’ é a inovação. Neste sentido, valem as ponderações:

Para o Brasil, grande produtor e exportador de *commodities*, com uma moeda ainda expressivamente apreciada apesar das correções recentes, esse cenário global favorece a especialização primário-exportadora, manifestando-se na composição da pauta de exportações e na crescente participação das importações no consumo doméstico, principalmente nos segmentos de média-alta e alta tecnologia. O maior risco para o País é a acomodação a essa condição de grande produtor e exportador de *commodities*, o que tende a produzir consequências extremamente graves da perspectiva do desenvolvimento do País a longo prazo. O Brasil, por seu potencial de recursos, avanços em sua capacidade científica e tecnológica em diversas áreas, dinâmica do seu mercado interno e pelo grau de desenvolvimento industrial já alcançado, não pode se contentar em ser um grande exportador de petróleo, alimentos e minérios. (MERCADANTE, 2011, p. 12)

Assim, é primordial que as políticas de desenvolvimento estejam atentas a evitar a maximização da produção dos *commodities*, em detrimento do fortalecimento da formação das bases científicas, que são o alicerce para acompanhar a onda da inovação, e compor a indústria do conhecimento, neste aspecto afirma-se que:

Pode e deve sim, aproveitar as oportunidades existentes no mercado internacional, mas sempre na perspectiva de agregação de valor à produção primária e a utilização dos recursos obtidos por essa via no fortalecimento, integração e diversificação da sua capacidade industrial, na elevação da produtividade sistêmica da economia, na revolução do seu sistema educacional e na construção das bases científicas e tecnológicas sobre as quais descansarão, a longo prazo, o bem estar das gerações futuras e a projeção dos interesses estratégicos nacionais no cenário internacional. (MERCADANTE, 2011, p. 12).

O grande desafio das políticas públicas desenvolvimentistas é a preparação de um ambiente para inovar e atrair empreendimentos. Conduzir ao cenário inovador enseja a cooperação entre empresas e instituições. É a chave de todo processo, que envolve desde a aprendizagem coletiva até a promoção de políticas e forças que envolvam a comunidade no seu progresso, mudando mentalidades e estimulando a cidadania. Portanto, na economia contemporânea, as economias regionais correspondem a uma realidade da relação capital/trabalho, e com a ação dos grupos locais, na dinâmica econômica. Mas, esta dinâmica deve acompanhar as tendências da economia mundial. Os distritos industriais, os ambientes de inovação e os sistemas produtivos locais estão sob uma base de produção que se transforma, mas sempre com o mesmo objetivo: o lucro e o crescimento. As possibilidades de

atingir estes objetivos ocorrem de acordo com os recursos e as possibilidades disponíveis (LIMA, 2011).

Sintetiza Figlioli (2007) que o mercado globalizado e de competição intensiva, no qual países e empresas estão inseridos, demanda uma busca constante por inovação. Entre os *habitats* de estímulo à inovação com diversas iniciativas pelo mundo, e também no Brasil, estão os chamados parques tecnológicos.

Parques Tecnológicos são complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam fomentar economias baseadas no conhecimento por meio da integração da pesquisa científica-tecnológica, negócios/empresas e organizações governamentais em um local físico, e do suporte às inter-relações entre estes grupos. Além de prover espaço para negócios baseados em conhecimento, PqTs podem abrigar centros para pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, inovação e incubação, treinamento, prospecção, como também infra-estrutura para feiras, exposições e desenvolvimento mercadológico. Eles são formalmente ligados (e usualmente fisicamente próximos) a centros de excelência tecnológica, universidades e/ou centros de pesquisa. (UNESCO e IASP, p. 4).

Figlioli (2007) afirma que os elementos constitutivos de parques tecnológicos são infraestruturas básicas, tecnológicas e de parcerias com universidades, os edifícios institucionais e de negócios e as áreas verdes e sociais. E ressalta como característica relevante das iniciativas de parques tecnológicos brasileiros a interação das empresas com as universidades e centros de pesquisa, indicando nestas iniciativas, *apud* Zouain (2003) a importância:

- a) da proximidade espacial entre todos os atores deste processo de cooperação;
- a presença de institutos de pesquisa e ensino;
- b) a aglomeração de empresas envolvidas diretamente com a tecnologia
disponibilidade pelas instituições de pesquisa;
- c) a captação de projetos de inovação tecnológica conjuntos entre o setor privado e as instituições de pesquisa, resultantes de ações governamentais de caráter estratégico, visando o desenvolvimento local;
- d) a disponibilidade de uma estrutura organizacional, formal ou informal;
- e) a presença de incubadoras de empresas que dispõem de infraestrutura física e administrativa bem como colocam à disposição dos incubados diversos serviços.

A interação espacial entre o parque tecnológico, os distritos industriais e a universidade em Aparecida de Goiânia conforme informações obtidas na Secretaria de Infraestrutura, é aplicada com a construção do Eixo NS 03, acompanhado da pavimentação asfáltica dos setores Vila Maria, Jardim Bonanza, Parque Santa Cecília, o que permitirá a criação do polo tecnológico, o que evidencia a aplicação de políticas com ações integradas econômicas de âmbitos comerciais, industriais e financeiros. Essa interligação estabelecida pelo Eixo NS 03 evidencia otimização da composição de rede funcionalmente articulada por

meio dos sistemas de transportes e de comunicações, pelos quais fluem pessoas, mercadorias e informações; complementada com a construção do Eixo Estruturante NS 01, concretizará a interligação com a universidade. Essa configuração é fundamental para possibilitar uma distribuição menos desigual da população e das atividades econômicas, e alcançar o centro de pesquisa e estudo.

O Parque Tecnológico (vide Mapa 3) ocupará 220 mil metros quadrados, e abrigará cerca de 60 empresas de tecnologia avançada, e cerca de 50 de média tecnologia, aliado a este já está em funcionamento nas proximidades, o campus do Instituto Federal de Goiás (IFG) e o Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia.

Como apoio a esta onda de empreendedorismo e na busca do conhecimento da inovação, já estão instaladas no Município renomadas instituições de ensino superior como o Instituto Federal de Goiás – IFG, a Universidade Estadual de Goiás – UEG, Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP, Universidade de Rio Verde – UniRV, e, em fase de instalação a Universidade Federal de Goiás – UFG.

Como apoio ao setor de tecnologia, o industrial e o empresarial, e a necessidade de desenvolver pessoal qualificado, e aproveitar quanto possível o recurso humano local, e também coordenado com a construção do Eixo NS 01, próximo ao DAIAG e DIMAG, será abrigado o novo campus da Universidade Federal de Goiás (UFG) (vide Mapa 3). Em uma área de 500 mil metros quadrados, com expectativa de 30 mil metros quadrados de construção. Para o segundo semestre do ano de 2015 receberá os primeiros alunos, para os cursos de Engenharia de Produção, Engenharia Química, de Materiais e de Transportes e Geologia, inerentes à vocação que está sendo adquirida para Aparecida de Goiânia.

Apesar de proporcionar através dos eixos NS 03 e NS 01, a ligação entre o Parque Tecnológico e o Polo Empresarial e os Distritos Industriais, e a universidade, ainda assim a distância a ser percorrida, é expressiva e pode de certa forma comprometer parcialmente a concretização dessa integração, em termos de ambiente de inovação. A distância aproximada de 10 quilômetros é considerável, e muito brevemente pode ser objeto de entrave para o desenvolvimento da pesquisa local, e a disponibilização desta, em especial, para o parque que deve necessariamente primar-se pela inovação.

Assim, analisando a conformação e a configuração inicial do Parque Tecnológico de Aparecida de Goiânia, e mediante os estudos e pesquisas empreendidas, algumas recomendações são propostas, não com o fim em si mesmas, mas com intuito de colaborar e acentuar a sua importância:

1. O Parque Tecnológico, pela relevância no contexto do sistema de inovação, deve ser contemplado com política pública específica que oriente os recursos públicos para o seu desenvolvimento;

2. Os recursos públicos devem ser compreendidos como indutores dos projetos, não como principal suporte à continuidade e manutenção dos projetos;

3. A política pública deve estabelecer pré-requisitos essenciais ao desenvolvimento dos projetos de forma mais realista (ex. definição criteriosa do que se entende do parque, identificando as condições necessárias e de contorno que sustentam essas iniciativas);

4. Maior precisão em termos de definição é fundamental por

(a) permitir que a terminologia seja utilizada de forma diferenciada de outras iniciativas ou configurações semelhantes,

(b) promover aderência das iniciativas aos elementos constituintes da própria política do parque;

5. Procedimentos de acompanhamento e avaliação de projetos do parque podem ser desenhados de forma isenta e independente, e implantados simultaneamente à implantação do próprio parque;

6. Considerando-se os recursos públicos como indutores dos projetos, a liberação dos mesmos deveria estar condicionada à liberação dos aportes de contrapartida;

7. Se houverem problemas relacionados à situação fundiária deve ser eliminado do parque. Essa questão deve ser rigorosamente analisada e consubstanciada por documentação legal quando da submissão de projetos;

Assim, as grandes questões a serem solucionadas são a criação de possibilidades e os caminhos para o crescimento. Estas possibilidades são variáveis e mudam segundo os novos modelos de acumulação e dos centros de decisão (LIMA, 2011). Os territórios constituem uma nova forma de analisar os problemas do desenvolvimento econômico. Ainda que com características específicas, Aparecida de Goiânia deve se integrar ao dinamismo do capital intra regional, do país e de todos os espaços. Necessário que no Município se instale o espírito do empreendedorismo, relacionando a reprodução e acumulação do capital e o mundo do trabalho, fortalecendo estas relações por meio de autogestão, da economia solidária, como forma de repartição do excedente econômico.

Conclusão

Este trabalho sistematizou a produção teórica dos principais autores que, entre o século XIX e meados do século XX, discutiram a distribuição espacial da atividade econômica e os fatores de crescimento. Demonstrou que os “fundamentos do pensamento econômico regional” referenciados, mantêm articulação e continuam válidos para interpretar uma ampla gama de fenômenos sobre o desenvolvimento regional.

Duas expressivas correntes teóricas foram delineadas: as teorias clássicas da localização e o conjunto de teorias de desenvolvimento regional que enfatizam os fatores de aglomeração. A breve apresentação da visão de autores dessas correntes esclarece que seus modelos teóricos têm orientado a formulação de políticas de desenvolvimento regional. Com efeito, embora as teorias da localização enfatizem as decisões do ponto de vista da firma, na prática, as políticas de incentivos fiscais e financeiros – ao buscarem alterar a estrutura de custos das empresas em regiões determinadas – se apoiam nesse tipo de argumentação.

Quanto às políticas baseadas no conceito de aglomeração, estas foram especialmente utilizadas nos países marcados por altos níveis de desigualdades regionais. A aplicação destas políticas está, sobretudo, relacionada à sua característica de oferecer soluções a situações específicas e aos instrumentos utilizados para tais. Com efeito, a produção teórica de autores como, por exemplo, Perroux, resulta em recomendações que envolvem, diretamente, a atração de indústrias motrizes. Os argumentos para esse tipo de proposição são semelhantes aos que justificam, por exemplo, os incentivos à implantação de centros de distribuição (CD) em regiões menos desenvolvidas.

Pelos estudos e análises abordados, o fato é que independente das economias em foco, é notável que o crescimento de uma região gera consequências regressivas (negativas até) em outras, em razão da destinação das pessoas e dos seus investimentos, o que acompanha a lógica comercial. O fluxo comercial beneficiará as regiões mais atrativas economicamente, provocando o estímulo dos investidores, denotando-se regiões dominantes, e naturalmente, aumentando a renda e a demanda, causando fluxo continuado de investimentos. E dá-se o contrário nas regiões dominadas, que detém a características marcantes como altas taxas de natalidade e uma distribuição de faixa etária desfavorável.

O forte desequilíbrio da distribuição territorial, da população, das atividades econômicas, é resultado da herança histórica brasileira, caracterizando a desordem do território brasileiro e a forma de sua ocupação, o que provocou profundas desigualdades

sociais entre as regiões, obrigando o planejamento a atentar que não se podem separar as políticas regionais das políticas urbanas.

Do recorte estabelecido da Região Centro-Oeste, a partir de 1950, esta destacou-se no cenário nacional com a transferência da capital federal. Ocasinou avanço em termos de infraestrutura, sobretudo viária, e o conseqüente desenvolvimento tecnológico, que incorporou a produção agropecuária, articulando a expansão agrícola de forma moderna, capitalizada e mecanizada, e constituindo-se, atualmente, na região mais dinâmica do país nesta atividade econômica, e vem desenvolvendo notória rede urbana de suporte e de serviços, indicando o seu potencial. Demonstrou-se também que não se trata de ampla inserção produtiva, nem de pleno desenvolvimento da região, ao contrário até. A diversidade intrínseca e a cristalina heterogeneidade espacial em razão de uma rede de cidades pouco estruturada, prova disso é que um número reduzido de cidades, como Aparecida de Goiânia, logrou alcançar uma inserção mais expressiva no cenário regional.

O objeto do estudo tratou de um dos poucos núcleos urbanos de maior expressão e consolida sua inserção na economia da região metropolitana. A rede das cidades determina, e implicitamente acabam por comandar a ordenação territorial, numa espécie de hierarquia de comando entre as regiões mais ricas em oposição às regiões mais pobres, dominando com uma malha de infraestrutura, que articula a distribuição demográfica e econômica dentro da mesma. Daí porque importante compreender a Região Metropolitana de Goiânia, na qual está inserido Aparecida de Goiânia. O que o estudo demonstrou é que este núcleo – localizado no principal eixo rodoviário de integração do Centro-Oeste, a BR 153 – possibilitou fortalecer seu papel na região metropolitana, condicionando espacialmente as frentes modernas e delas apropriando os efeitos dinâmicos, acentuando a participação e a abrangência no conjunto da sua rede urbana.

Compõe a rede urbana o conjunto das cidades, funcionalmente articuladas por meio dos sistemas de transportes e de comunicações, pelos quais fluem pessoas, mercadorias e informações. Em cada região, esta rede é diferenciada hierarquicamente, conforme o tamanho e a função desempenhada por seus centros urbanos. Quanto mais complexa e dinâmica a economia de um determinado território, mais densa e integrada será sua rede urbana, com maiores fluxos interligando as cidades componentes e com uma distribuição mais equilibrada entre grandes, médias e pequenas cidades. Essa configuração é fundamental para possibilitar uma distribuição menos desigual da população e das atividades econômicas.

Neste contexto restou demonstrado a importância dos eixos estruturantes que detém condições de tráfego de boa qualidade e permitem a eficiência no escoamento da produção e

na comunicação inter-regional, e a sua logística merece um destaque por seu papel especialmente estratégico no processo de desenvolvimento. Concebidos para serem as artérias de integração comercial e produtiva, são as vias que articulam a produção e o mercado consumidor, e, além de estruturas para circulação, representam possibilidades na construção de arranjos institucionais e novas formas de aprimorar processos de desenvolvimento regional.

Seguindo a tendência mundial quanto às mudanças da localização industrial, significa que o crescimento econômico de Aparecida de Goiânia é sobremaneira motivado por estas. A maior flexibilidade e a intensa necessidade pela maximização dos lucros, possível com as novas tecnologias de transporte, informática e telecomunicações na indústria, implicaram um extraordinário aumento da mobilidade geográfica das empresas, o que determinou em muitos aspectos o desenvolvimento local que convive com um deslocamento das empresas, de tradicionais regiões industriais a seu favor.

Verificou-se também a constante preocupação pela qualificação da mão-de-obra local, visto que, na atual dinâmica econômica, as constantes mudanças tecnológicas e as técnicas de trabalho, neste sentido impelem o local. As parcerias com centros universitários de pesquisa e desenvolvimento, a criação e aperfeiçoamento de novas tecnologias; treinamento especializado da mão-de-obra para uso desta; suporte para o amadurecimento de micro e pequenas empresas. São estas parcerias entre empresas locais e universidades que estabelecem o “elo” adequado para a difusão da informação, conhecimento e inovação, podendo aumentar a relação inter-empresarial de cooperação, criando no local num “meio inovador”: é a elaboração de novos tipos de relações empresariais locais.

Como consequência, dá-se a promoção do município, facultando traçar um perfil com vantagens econômicas para atrair investimentos compatíveis. Esta estratégia implica a superação de uma visão limitada do espaço local apenas como suporte para as atividades produtivas, como também o local passa ser espaço de qualidade de vida para todos. Deste modo, a administração local adota postura de gestora direta, e fomenta as estratégias de desenvolvimento, de caráter empreendedor e articulador, capaz de gerir parcerias, captar recursos e promover desenvolvimento. Pois assim, poderão melhor responder aos impactos trazidos à tona pela nova lógica da localização industrial que subordina os espaços aos seus interesses em detrimento do interesse coletivo local.

Como resultado da proposta original, destacou-se as atividades empresariais que apresentam notáveis crescimentos anuais, e o seu resultado merece atenção. Ponto notório são o incremento das empresas prestadoras de serviços que têm se destacado no atual cenário

socioeconômico, em muitas faces, seja pela participação nos processos produtivos, na geração de emprego e renda à sociedade, como pela elevada quantidade de empresas que vem se estabelecendo, fato este que, sabe-se, ocasiona o aquecimento da economia local e desperta os interesses para novos empreendimentos.

O desafio da pesquisa exigiu a interpretação dos indicadores econômicos disponíveis, o exame da constituição da base infra-estrutural sobre a qual deu-se o processo de desenvolvimento. A pesquisa não é exaustiva e definitiva, uma vez que a análise de todo o universo tornar-se-ia redundante e desnecessária para a consecução dos objetivos propostos. Na verdade a pesquisa tem como uma das suas propostas, estabelecer uma sistemática flexível e abrangente para permanente atualização e aperfeiçoamento da base de conhecimentos gerada. Focando e visando cumprir o seu objeto, foi promovida a identificação e comprovação do crescimento econômico de Aparecida de Goiânia, adotando-se a metodologia da análise de indicadores econômicos e fiscais que ajudam construir a visão do atual estágio, fornecendo suporte mínimo de informações do conjunto de iniciativas voltadas para a ativação dos diversos potenciais de desenvolvimento, permitindo conhecer o conjunto dos critérios priorizados e a estruturação de uma referência para outras políticas, e até a seleção de uma e outras prioridades para intervenção.

Conclui-se que a política do município de Aparecida de Goiânia acompanha o desenvolvimento regional verificado, e pode ser definida como um dos instrumentos para a diminuição das desigualdades regionais, tendo como fator central, alcançar um desenvolvimento mais equilibrado. Não é demais sugerir que é imperioso fortalecer e consolidar os corredores logísticos que constituem eixos de desenvolvimento e integração dinâmicos nas regiões menos desenvolvidas. Promover o desenvolvimento de novos corredores logísticos que induzam novos eixos de desenvolvimentos e novas centralidades econômicas nos territórios menos dinâmicos da região. Aumentar a eficiência dos centros urbanos por meio de políticas que os tornem mais competitivos, pelo incentivo à estruturação de novas atividades e aumento da capacidade de atrair investimentos, regulamentando, contudo, políticas que não comprometam a coesão regional ou nacional. E, sobretudo, definir políticas de incorporação das áreas de baixo dinamismo ou estagnadas ao processo de desenvolvimento regional.

Referências

Aparecida de Goiânia Prefeitura Municipal. Portaria SEFAZ nº 4/2009 de 22 de dezembro de 2009, que “estabelece o fator de atualização monetária para os tributos municipais e da UVFA para o exercício de 2010”.

_____. Portaria SEFAZ nº 3/2010 de 15 de dezembro de 2010, que “estabelece o fator de atualização monetária para os tributos municipais e da UVFA para o exercício de 2011”.

_____. Portaria SEFAZ nº 3/2011 de 30 de novembro de 2011, que “estabelece o fator de atualização monetária para os tributos municipais e da UVFA para o exercício de 2012”.

_____. Portaria SEFAZ nº 6/2012 de 26 de novembro de 2012, que “estabelece o fator de atualização monetária para os tributos municipais e da UVFA para o exercício de 2013”.

_____. Portaria SEFAZ nº 1/2013 de 10 de dezembro de 2013, que “estabelece o fator de atualização monetária para os tributos municipais e da UVFA para o exercício de 2014, e a atualização monetária projetada pelo Banco Central do Brasil para os exercícios de 2015 e 2016”.

_____. Lei Municipal nº 1.623, de 13 de junho de 1997. Declara de utilidade pública e desapropria áreas para fins industriais. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Fevereiro 2015.

_____. Lei Municipal 1.470/95. Cria o Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Fevereiro 2015.

_____. Lei Municipal nº 1.623, de 13 de junho de 1997. Declara de utilidade pública e desapropria áreas para fins industriais. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Fevereiro 2015.

_____. Lei Municipal nº 1.624, de 13 de junho de 1997. Cria o Polo Empresarial Goiás. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Fevereiro 2015.

_____. Lei Municipal nº 2.472, de 09 de julho de 2004. Declara de utilidade pública e desapropria áreas para fins industriais. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Fevereiro 2015.

_____. Lei Municipal nº 2.473, de 09 de julho de 2004. Cria o Polo de Reciclagem de Aparecida e o Parque Industrial Aparecida. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Fevereiro 2015.

_____. Secretaria de Governo, Plano de Diretrizes e Metas de 2013 a 2015.

_____. Secretaria de Infraestrutura e Secretaria do Controle Interno. Programa de Reestruturação Viária na Bacia do Ribeirão Santo Antônio. 2013.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BOISIER, S., SMOLKA, M. O., & BARROS, A. A. D. (1973). **Desenvolvimento regional e urbano diferenciais de produtividade e salários industriais**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 8 nov. 2013.

CANDEIAS, C.N.B.; MACDONALD, J.B.N.; MELO, J.F. **Economia Solidária e Autogestão Ponderações Teóricas e Achados Empíricos**. Maceió: EDUFAL, 2005. Disponível em:

http://books.google.com.br/books?id=quRMGkSICBUC&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 8 novembro 2013.

CAVALCANTE, L.R.M.T. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização**. Disponível em:

http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201115360781_Producao_Teorica_.pdf.
Bahia: 2011. Acesso em 30 de abril de 2014.

DALLABRIDA, V.R.; *et al.* **Aportes Teórico- Metodológicos Sobre a Dimensão Espacial do Desenvolvimento: uma contribuição**. Revista DRd. Ano 1, n. 1, dez., 2011.

DINIZ, C. C. **Repensando a Questão Regional Brasileira: tendências, desafios e caminhos**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

_____. **Dinâmica Regional e Ordenamento do Território Brasileiro: Desafios e Oportunidades**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2013.

_____. **Repensando a Questão Regional Brasileira: Tendências, Desafios e Caminhos**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, p. 239-252.

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA. Secretaria de Desenvolvimento Regional, **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília. 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79. Acesso em: nov. 2013

DOCUMENTO POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – **Ministério da Integração Nacional**. Brasília, agosto 2005.

FIGLIOLI, A. **Perspectivas de financiamento de parques tecnológicos: um estudo comparativo**. Dissertação de mestrado para a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-31082007-165358/pt-br.php>. Acesso em março, 2015.

FIGLIOLI, A.; PORTO, G. S. **Financiamento de parques tecnológicos: um estudo comparativo de casos brasileiros, portugueses e espanhóis**. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 47, n.2, p.290-306, abr./maio/jun. 2012. Disponível em: http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1462. Acesso em março, 2015.

GOIÁS. Governo. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Elaboração Gerência de Contas Regionais e Indicadores. **2012 Produto Interno Bruto dos municípios goianos**.

GOMES, P. C. C. **O Conceito de Região e Sua Discussão**. In: CASTRO, I. E. *et al.* Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GUIMARÃES NETO, L. **Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: Caminhos e Descaminhos**. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n.15, jun. 1997.

IBGE. Histórico município de Aparecida de Goiânia. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=520140&search=goias|aparecida-de-goiania|infograficos:-historico>. Acesso em janeiro.2015.

_____. Pesquisa Mensal de Serviços, dezembro/2014. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Servicos/Fasciculo_Indicadores_IBGE/. Acesso em 22.2.2015.

_____. Goiás. Aparecida de Goiânia. Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra Rendimento. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520140&idtema=108&search=goias|aparecida-de-goiania|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-rendimento>. Acesso em 23.5.2015.

_____. Censo demográfico 1950/2010. Até 1991 na tabela extraída de: Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro, IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1979. Rio de Janeiro: IBGE, v. 42, 1981. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. . Acesso em 7.6.2015.

KALNIN, J. L.; CASAROTTO FILHO, N. **Desenvolvimento local/regional focado na agroindústria familiar: experiências em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004.

Governo do Estado de Goiás. LEI Nº 8.956, de 27 de novembro de 1980 Gabinete Civil da Governadoria. Superintendência de Legislação. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=8060

LANDEIRO, M. L. 2013. **IBEU da Região Metropolitana de Goiânia**. Observatório das Metrôpoles (Núcleo Goiânia). Disponível em: http://www.observatoriodasmetroles.net/download/IBEU_local_Goiania.pdf. Acesso em 8 nov. 2013.

LIMA, J. F.. **Clusters territoriais: elementos para reflexão**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. Maringá, v. 33, n. 2, p. 199-204, 2011.

LOPES, A. Simões. **Desenvolvimento Regional**. 4ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1995.

MARTINS, R. L.. **Geografia Humana e Econômica**. Curitiba, IESDE Brasil SA, 2010.

MELO, F. **Aparecida de Goiânia do zero ao infinito**. Goiânia. Ed. Asa, 2002.

MERCADANTE, A. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 -2015. Balanço das Atividades Estruturantes**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília – DF. MCTI, 2011.

Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. Repasses FPM. Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais_novosite.asp. Acesso em: 07.06.2015.

MOTTA, D. M. (Organizadora). **Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste - volume 4**. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CCwQFjAD&url=http%3A%2F%2Fipea.gov.br%2Fagencia%2Fimages%2Fstories%2FPDFs%2Flivros%2Flivros%2Flivro_caracterizacao_tendencias_v04.pdf&ei=uAdEVaz1C67msATIIHICw&usq=AFQjCNG0IkYCQl299riU8SGRIXj_yhSnpw&sig2=J2ZfBvLrlsGrp186DU9PtA. Acesso em abril.2015.

MOYSÉS, A. **Cidade, segregação urbana e planejamento**. A Questão Metropolitana no Brasil: desafios e perspectivas. Goiânia: Editora UCG, 2003.

MONASTÉRIO, L.; CAVALCANTE, L. R.. **Economia Regional e Urbana: Fundamento do Pensamento Econômico Regional**. Brasília: IPEA, 2011.

MONTEIRO NETO, A. **Intervenção Estatal e Desigualdades Regionais no Brasil: Contribuições ao debate contemporâneo**. Texto para discussão n. 1229. Brasília: IPEA,2006.

OLIVEIRA, A. A. **Políticas de Desenvolvimento e Desigualdades Regionais no Brasil**. In: Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 48. Campo Grande, MS, 2010.

REZENDE, A. J. C. **Autonomia Municipal e Lei Orgânica**. Caderno Escola do Legislativo. Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 7-42, jan./dez., 2008.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização do Pensamento Único À Consciência Universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. **Estudos, Análises e Proposições**.

SPAGNOLI, M. V. **O Conceito de Território e Região nas Políticas Públicas: uma discussão inicial para o entendimento dos territórios da cidadania**. In: Encontro de Grupos de Pesquisa Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais, 5. Santa Maria, RS, 2009.

UDERMAN, S. **Padrões de Organização Industrial e Políticas de Desenvolvimento Regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia**. 2006. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/padroes-organizacao-industrial-politicas-desenvolvimento-regional-analise-estrategias>. Acesso em: 1 out. 2014.

THISSE, J. F. **Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Fundamentos Teóricos da Economia Regional e Urbana: geografia econômica. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=11066. Acesso em: 14 jan. 2015.